



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**



**TEREZINHA RAQUEL RIBEIRO VIEIRA**

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE  
CONCEIÇÃO-PB**

**CAJAZEIRAS/PB  
2024**

**TEREZINHA RAQUEL RIBEIRO VIEIRA**

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE  
CONCEIÇÃO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras/PB, como requisito para título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Stella Marcia de Morais Santiago.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

V658p Vieira, Terezinha Raquel Ribeiro.  
O papel da gestão escolar na inclusão de crianças com deficiência em escolas públicas municipais de Conceição – PB / Terezinha Raquel Ribeiro Vieira. - Cajazeiras, 2024.  
69f. :il. Collor.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Stella Marcia de Moraes Santiago.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.

1.Gestão escolar. 2. Educação inclusiva - Conceição -Município-Paraíba. 3.Educação - crianças deficientes. 4. Gestão educacional inclusiva. I. Santiago, Stella Marcia de Moraes. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.07

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

TEREZINHA RAQUEL RIBEIRO VIEIRA

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE  
CONCEIÇÃO-PB**

Relatório final, apresentado a Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras/PB, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Cajazeiras, 04 de novembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **STELLA MARCIA DE MORAIS SANTIAGO**  
Data: 15/11/2024 07:15:10-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Stella Marcia de Moraes Santiago  
(Orientadora)**

Documento assinado digitalmente  
 **ANE CRISTINE HERMINIO CUNHA**  
Data: 16/11/2024 11:49:46-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Ane Cristine Hermínio Cunha  
(Examinadora)**

Documento assinado digitalmente  
 **SIMONE JOAQUIM CAVALCANTE**  
Data: 16/11/2024 13:51:06-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Simone Joaquim Cavalcante  
(Examinadora)**

**CAJAZEIRAS / PB  
2024**

*Dedico este trabalho aos meus pais, avó, irmãs, sobrinho pelo alicerce da minha  
evolução na educação.*

*Gustavo, meu esposo, por toda contribuição nessa caminhada.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Em especial a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Stella Marcia de Moraes Santiago, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho e de outros trabalhos publicados em eventos, pelo carinho e compreensão que ela sempre teve ao longo da minha jornada!

Ao meu melhor amigo José Veríssimo, por ser meu parceiro nos “crimes” de procrastinação e sempre me trazer de volta com um lembrete gentil de que poderíamos sobreviver a isso juntos.

Ao grupo de Orientações, Estudos e Pesquisas da minha orientadora (GPEMPGG), a partir do qual realizamos trabalhos, construímos Eventos e participamos de congressos, onde em grupo tivemos muitos aprendizados, eu, Bianca, Carol, Anna Julia, por todas as risadas, lanches compartilhados, e pelas vezes que mutuamente nos motivamos a continuar quando a jornada parecia impossível.

Ao grupo de estudos online do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Inclusão e Tecnologias (GPLIT), por me proporcionar conhecimentos e novas amizades em especial ao meu amigo William.

Agradeço a minha mãe Rosa, heroína que sempre me deu apoio na vida pessoal e acadêmica, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Agradeço a Otávio! Meu sobrinho, você foi a minha maior motivação. Obrigada.

Agradeço o apoio das minhas irmãs, Joseane, Roberta e Renata, por serem ouvintes pacientes de todas as minhas teorias loucas e por me ajudarem a rir delas depois. A capacidade de me fazerem não levar tudo tão a sério salvou minha sanidade.

Para meu esposo Gustavo, cuja paciência e compreensão foram as luzes guias nos momentos mais escuros da minha jornada acadêmica, minha gratidão. Aos meus sogros Ilza e Ednaldo obrigado por me darem motivação.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

*"A família é o lugar onde as mentes entram em contato entre si.*

*Se essas mentes amam umas às outras, o lar será tão bonito quanto um jardim florido. Mas se essas mentes entrarem em desarmonia umas com as outras, será como uma tempestade*

*que destrói o jardim."*

*(BUDA)*

## RESUMO

O presente trabalho tem por foco investigar o papel da gestão escolar no processo de inclusão de crianças com deficiência em escolas públicas municipais de Conceição/PB, cujo objetivo geral é analisar como gestoras destas escolas atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência. Quanto à metodologia de estudo escolhida, optou-se pela pesquisa de campo. A análise da pesquisa organizou os dados obtidos nas entrevistas em forma de quadro, realizando, em seguida, a análise e discussão dos resultados, de acordo com a abordagem qualitativa. No primeiro capítulo, é abordado o tema da gestão escolar, destacando as funções, responsabilidades e desafios enfrentados pelos gestores na administração de instituições educacionais. O segundo capítulo foca na educação inclusiva, apresentando os princípios, as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para garantir a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Por fim, o terceiro capítulo traz a análise dos dados coletados por meio de entrevista episódica aplicada às gestoras das escolas públicas municipais de Conceição/PB, buscando compreender suas percepções e práticas no que se refere à inclusão de crianças com deficiência. O estudo contribui para a compreensão dos desafios e avanços no campo da gestão educacional inclusiva, destacando o papel das gestoras na promoção de um ambiente escolar mais acessível e equitativo. Por fim, o estudo traz como conclusão a necessidade de maior formação, conhecimento, atuação das gestoras escolares no que se refere a inclusão de crianças com deficiência, como ainda aponta uma fragilidade por parte da gestão educacional do município no que se refere aos serviços e práticas para promover a inclusão.

**Palavras-chave:** Gestão escolar; Educação Inclusiva; Pessoa com Deficiência.

## ABSTRACT

This study focuses on investigating the role of school management in the process of inclusion of children with disabilities, since it is a fundamental part of educational development. Thus, the study has the general objective of analyzing how managers of municipal schools in the city of Conceição act in the process of inclusion of children with disabilities. As for the chosen study methodology, a bibliographic research type was chosen. In addition to the bibliographic research, which is so necessary for the development of any study, field research was also chosen. The research analysis organized the data obtained in the interviews in the form of a table, and then carried out the analysis and discussion of the results, according to the qualitative approach. The first chapter addresses the topic of school management, highlighting the functions, responsibilities and challenges faced by managers in the administration of educational institutions. The second chapter focuses on inclusive education, presenting the principles, public policies and pedagogical practices aimed at ensuring the inclusion of students with disabilities in regular schools. Finally, the third chapter presents the analysis of data collected through interviews and questionnaires administered to school administrators in Conceição, seeking to understand their perceptions and practices regarding the inclusion of children with disabilities. The study contributes to the understanding of the challenges and advances in the field of inclusive educational management, highlighting the role of administrators in promoting a more accessible and equitable school environment. Finally, the study concludes that school administrators need to be better trained, knowledgeable, and involved in the inclusion of children with disabilities, and also points to weaknesses in the city's educational management regarding services and practices to promote inclusion. Keywords: School management; educational inclusion; person with disabilities; school.

**Keywords:** School management; inclusive education; people with disabilities; school.

## **LISTA DE SIGLAS**

Atendimento Educacional Especializado- AEE

Lei de Diretrizes e Bases -LDB

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI

Educação de Jovens e Adultos - EJA

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID

Pessoa com Deficiência - PCD

Transtorno do Espectro Autista - TEA

Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH

Organização das Nações Unidas - ONU

Projeto Político- Pedagógico - PPP

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Dados referentes a Política de Educação de Conceição

**Quadro 2** - Referente a quantidade de escolas e alunos com deficiências

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1** – Faixa Etária das gestoras escolares entrevistadas

**Gráfico 2** – Tempo de experiência na gestão escolar

**Gráfico 3** -Tipo de universidade que as entrevistadas se formaram

**Gráfico 4** – Curso de graduação que as entrevistadas eram formadas

**Gráfico 5** – Especialização em gestão escolar das entrevistadas

**Gráfico 6** – Se as entrevistadas possuem curso de capacitação em Educação Inclusiva

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. GESTÃO ESCOLAR: CARACTERIZAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
2.1. Normas e atribuições do cargo do gestor(a) escolar .....	21
2.2. Os desafios das Mulheres na Gestão Escolar.....	25
<b>3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>28</b>
3.1 Breve história da Educação Inclusiva no Brasil.....	28
3.2 Políticas públicas para Educação Inclusiva.....	31
3.3 A colaboração na Educação Inclusiva.....	33
<b>4. A GESTÃO EDUCACIONAL E A INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO NA PARAÍBA.....</b>	<b>36</b>
4.1 Campo da pesquisa: históricos e políticas do município de Conceição.....	36
4.2 Política de Educação em Conceição: o que temos no processo de gestão escolar?.....	37
<b>5.OUVINDO QUEM VIVE E EXPERIENCIANDO COM QUEM FALA: Um Estudo de Campo Junto às Gestoras Educacionais de Conceição/PB .....</b>	<b>40</b>
5.1 O perfil das entrevistadas: uma análise sobre gênero, escolaridade e faixa etária.....	41
5.2 Compreensão sobre educação inclusiva.....	49
5.3 Dificuldades vivenciadas pelo Gestor na adaptação da educação inclusiva.....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>62</b>
APÊNDICE A.....	63
APÊNDICE B.....	66
APÊNDICE C.....	69

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por foco investigar o papel da gestão escolar quanto à inclusão de crianças com deficiência na escola, haja visto que esta é peça fundamental para o desenvolvimento das crianças, no que diz respeito à socialização e ao processo de ensino-aprendizagem em si mesmo. Com base nisso, o processo de escolha da presente temática surgiu no ano de 2019 quando estava participando do “Programa Novo Mais Educação” na cidade de Conceição, senti necessidade de pesquisar sobre gestão, com a experiência adquirida durante o curso de Pedagogia, a partir das práticas desenvolvidas nos estágios obrigatórios do Curso e durante o período de participação no “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência” (PIBID) ofertado pela UFCG, cuja duração se iniciou em abril de 2023 e finalizou em maio de 2024, assim a curiosidade crescia à medida que me deparava com demandas específicas da gestão no tocante ao acolhimento de alunos/as com deficiência na escola, considerando suas responsabilidades e a necessidade de seguir as normas e as leis educacionais. Isto nos conduz a questionar: como gestores/as das escolas públicas municipais da cidade de Conceição–PB atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência?

É sabido que há uma resistência no tocante a receber crianças com deficiência nas escolas. Tanto por parte de gestores/as, como de professores/as. Mas, esta atitude vincula-se ao despreparo que estes profissionais da educação têm quanto à educação inclusiva. Acreditamos que é possível haver um acolhimento destas crianças e de seus responsáveis com muito mais cuidado e atenção.

Deste modo, estar no PIBID proporcionou-me a capacidade de refletir a partir da escola e de seus profissionais, de me sentir, às vezes, como eles/as sentem-se, despreparados/as para as novas demandas educacionais. A vivência no PIBID proporcionou observar e pensar a partir da escola e de seus profissionais, permitindo vivenciar uma experiência na docência, isto é, por vezes, experienciar a sensação de despreparo do ambiente escolar e dos funcionários sobre a demanda de crianças com necessidades específicas, deficientes ou não.

Ao longo das semanas e meses de observação, foi possível identificar tanto a progressão quanto os retrocessos no desenvolvimento dos alunos. Ficou evidente que a baixa frequência no ambiente escolar impacta negativamente o processo de aprendizagem. As faltas recorrentes comprometem a continuidade do progresso dos/as estudantes, resultando em dificuldades mais acentuadas quando estes/as retornam às atividades da escola, o que

demonstra a importância da frequência regular.

A partir dessa reflexão, fica claro que muitas são as responsabilidades colocadas aos/as gestores/as, e pensar sobre isso nos leva a entender que uma das grandes responsabilidades está em acolher, colaborar e mediar o acompanhamento de alunos/as neurodivergentes<sup>1</sup>, tanto no processo de adaptação, quanto no de permanência destes/as alunos/as na escola.

Estar preparado para a docência implica, em primeiro lugar, a capacidade de se colocar no lugar do/a outro/a, que na maioria das vezes é o/a aluno/a, e de ter empatia em relação às suas vivências e desafios. Em segundo lugar, é essencial reconhecer que a vida acadêmica e a iniciação à docência, embora distintas, estão interligadas de maneira intrínseca, formando um elo que integra ambas as experiências. Nesse processo de formação docente, a escuta ativa desempenha um papel crucial, pois escutar vai além de simplesmente ouvir; envolve compreender profundamente o que é dito e estabelecer uma conexão mais significativa com o que a criança está transmitindo. Apesar das dificuldades e variações diárias no ambiente educacional, é a escuta atenta e a interação genuína que favorecem o desenvolvimento de um bom professor, o engajamento efetivo dos alunos e uma mobilização constante da gestão.

Evidenciamos a relevância do tema, uma vez que este estudo contribuirá para o aprofundamento da pesquisa no campo da gestão e da educação inclusiva. Especificamente, será examinado o papel do gestor escolar, destacando-se as ações de acolhimento, colaboração e garantia da permanência na escola de pessoas com deficiência. O estudo busca expor como a gestão pode atuar na adaptação das práticas educativas e promover uma inclusão sócio-educacional efetiva, assegurando o cumprimento dos direitos educacionais e o desenvolvimento integral de alunos/as com deficiência.

Este estudo teve como **objetivo geral** analisar como gestores de escolas públicas municipais da cidade de Conceição/PB atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência. No que se refere aos **objetivos específicos**, a)Averiguar quantas crianças da cidade de Conceição com deficiência estão matriculadas nos anos iniciais das escolas municipais; b)Investigar em cada escola quantas crianças com deficiência estão cursando; c)Identificar quais ações são implementadas pelos/as diretores/as das escolas municipais da cidade de Conceição no processo de inclusão das crianças com deficiência nos anos iniciais.

---

<sup>1</sup> Pessoas neurodivergentes apresentam um funcionamento neurocognitivo atípico, ou seja, um funcionamento fora do que está posto como o típico. Alguns exemplos são: pessoas diagnosticadas com dislexia, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e síndrome de Tourette.

Quanto à metodologia de estudo escolhida, optou-se pela pesquisa exploratória e de campo. Segundo Gil (ano, p. 41), a pesquisa é exploratória de acordo com os seus objetivos e intenciona “proporcionar maior familiaridade com o problema”, uma vez que através dele busca-se compreender: como gestores/as das escolas públicas municipais da cidade de Conceição/PB atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência? Segundo Gonçalves (2001) “A pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (Gonçalves, 2001, p. 65).

Além da pesquisa bibliográfica, tão necessária para o desenvolvimento de qualquer estudo, optou-se ainda pela pesquisa de campo. Segundo Gil (2008) na pesquisa de campo “[...] o investigador coleta os dados diretamente dos participantes do estudo, no ambiente em que os fenômenos ocorrem, com o objetivo de obter informações fidedignas sobre o comportamento dos sujeitos em situações reais” (Gil, 2008, p. 52).

Para esta pesquisa de campo, como instrumento de coleta de dados, optamos pela entrevista. Essa escolha se deu em razão da capacidade das entrevistas de capturar de forma mais aprofundada as percepções, experiências e opiniões dos participantes em relação ao tema investigado. Através dessa abordagem qualitativa, foi possível obter informações detalhadas e subjetivas, permitindo que os entrevistados expressassem suas perspectivas de maneira mais livre e contextualizada. As entrevistas desta pesquisa foram gravadas, e para facilitar a condução estabeleceu-se algumas questões, direcionadas aos gestores escolares, partindo do viés de entrevista episódica que “se baseia em um guia de entrevista com o fim de orientar o entrevistador para os campos específicos a respeito dos quais se buscam narrativas e respostas” (Bauer; Gaskell; 2015, p. 118).

A análise da pesquisa organizou os dados obtidos nas entrevistas em forma de quadros, realizando, em seguida, a análise e discussão dos resultados, de acordo com a abordagem qualitativa. Na pesquisa bibliográfica, foi feito um levantamento dos estudos precedentes, publicados principalmente em livros e artigos científicos, abordando o tema do papel da gestão escolar na adaptação da inclusão social na educação.

O campo de vivência e pesquisa foram a secretaria de educação e as três escolas públicas municipais que oferecem o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a seleção específica de instituições localizadas no município de Conceição - PB. Essa delimitação buscou proporcionar uma análise mais focada no contexto urbano, possibilitando uma compreensão mais detalhada das práticas educativas e do papel da gestão escolar na adaptação da educação inclusiva neste recorte.

Este estudo foi estruturado em três capítulos principais. A primeira seção dedicou-se à discussão sobre a gestão escolar, analisando suas funções e desafios no contexto educacional. Na segunda parte, abordou-se o tema da educação inclusiva, com foco nas políticas e práticas que promovem a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Por fim, a terceira seção apresentou e analisou os dados coletados por meio de entrevistas realizadas com as gestoras educacionais do município de Conceição/PB, oferecendo um olhar sobre a prática de gestores no tocante a uma educação inclusiva, nestas instituições.

O município de Conceição é localizado no sertão da Paraíba e tem uma história que remonta ao início da colonização do interior do Brasil. A região era habitada por indígenas de Coremas e Panatis, da tribo Cariris, que, ao longo do tempo, cederam lugar aos desbravadores, antes da chegada dos colonizadores portugueses e bandeirantes no século XVIII, que buscavam novas áreas para pecuária e agricultura.

## 2. GESTÃO ESCOLAR: Caracterização

Mas o que seria, de fato, gestão escolar? Segundo Luck (2015), a gestão escolar envolve conceder oportunidades de participação ativa à comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais, alunos e membros da comunidade externa. Isso ocorre através do diálogo, visando a elaboração colaborativa de um projeto político-pedagógico que seja sensível e responsivo às necessidades da população escolar.

Refletindo sobre o conceito de gestão escolar, Silva (2007, p. 22) menciona que:

Gestão nos lembra gestação, gerir, dar a vida, e, como tal, nos agrada, porque, em se tratando da escola, nosso objetivo principal é fazer com que a vida dos seres humanos que passam por ela (escola) se torne mais promissora, mais digna, mais justa, mais humana. Isto para nós é mais viver, mais gerir, é mais felicidade. Nesse sentido, gestão vai além do seu conceito primeiro que diz respeito à ação de dirigir, administrar.

A administração é examinada como um processo racional, linear e fragmentado pela organização vista entre dois aspectos: mecanicista e utilitária, para desenvolver ações dentro das unidades escolares. Os gestores muitas vezes cumprem ordem da secretaria de educação, percebe-se que a administração escolar na verdade é baseada no modelo da administração da gestão municipal, estadual ou federal.

Ou seja, a educação vai ser planejada conforme o modelo de organização política de cada governante, os mesmos vão definir programas e ações para cada instituição e planejá-las conforme seu mandato. A gestão escolar é muito importante para o desenvolvimento, pois ela envolve funções que as escolas possuem como: administração de recursos financeiros e a elaboração e execução das propostas pedagógicas.

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação, destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (Luck, 2009, p. 23).

Embora se reconheça a relevância da gestão escolar é fundamental considerar a burocracia associada às normas, regulamentos, legislações e processos de tomada de decisão. Essa burocracia propõe a criação de estratégias e condições para viabilizar a inclusão escolar, configurando uma gestão pautada por uma postura democrática e participativa, que permeia o conjunto das ações implementadas. A educação constitui um processo orientado por objetivos, e a gestão representa um instrumento para promover transformações na realidade,

visando compreender e intervir no processo de mudança. Essa transformação ocorre por meio da atuação conjunta e respeitosa de indivíduos e instituições, de maneira colaborativa e coletiva.

Entende-se que na educação brasileira surgiu um novo conceito sobre o que é a gestão escolar, alterando o enfoque limitado dado ao conceito de administração escolar. A estrutura da escola se baseava no modelo centralizado na figura do gestor que atuava como o favorecido dos órgãos centrais, garantindo zelar pela execução das normas e regulamentos propostos na época (Libâneo, 2013).

Pode-se afirmar que ele era apenas o executor das ordens e não possuía autonomia suficiente para administrar a escola de acordo com suas convicções e acima de tudo, não respondia pelos resultados de suas ações. O trabalho do gestor constituía-se em repassar informações, controlar, supervisionar e dirigir o fazer escolar, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema de ensino.

Contudo, uma nova concepção de gestão escolar surge com a redemocratização, marcada pelo processo de restauração da democracia e do estado de direito e a promulgação da Constituição Federal de 1988. A promulgação da referida lei, que estabelece, em seu Art. 206, a gestão democrática do ensino público, conforme previsto em lei, e que é reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, em seu Art. 14, ao sancionar a gestão democrática como um de seus princípios fundamentais, reforça a importância de tal modelo no âmbito educacional.

Baseado nos princípios democráticos da gestão, a coordenação de uma instituição de ensino abrange várias bases conceituais, como a gestão financeira, de pessoas, a pedagógica, de processos, de comunicação e a administrativa. Dessa forma, todas elas possuem e exercem um papel importante e crucial dentro de uma gestão qualificada e construtiva, visando promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento das escolas.

A gestão escolar tem a responsabilidade de transformar, instituir vínculos, criar decisões coletivas, responsabilidades compartilhadas, com mais atenção às relações pessoais do que às tarefas instituídas. A interação entre as pessoas envolvidas é fundamental para a flexibilidade da gestão; da mesma forma, os objetivos e as responsabilidades devem ser assumidos por todos. É essa interação orgânica entre equipe, direção e toda a comunidade escolar que configura uma gestão democrática (Carvalho, 2016, p. 25).

Ainda segundo a LDB (nº. 9.394/96), as normas de gestão estão descritas da seguinte forma:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática do

ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Ou seja, a fundamentação da gestão educacional está estabelecida diante da participação de todos os profissionais que integram a instituição, os conselhos escolares (ou equivalente) representando os alunos e os familiares. A finalidade é reafirmar a gestão enquanto um processo de exercício profissional colaborativo e não enquanto uma só pessoa, o gestor. A compreensão da gestão enquanto um processo transforma a forma como essa esfera da educação é percebida, além de seu próprio funcionamento, visto que além do diretor, os demais participantes também são imprescindíveis nas tarefas de cunho pedagógico, financeiro, administrativo, entre outras demandas do dia a dia.

O processo também pressupõe uma construção contínua que parte desde o planejamento e elaboração do projeto pedagógico da instituição, até as avaliações e acompanhamentos das metas estabelecidas, as ações referentes à formação continuada dos educadores, a realização dos projetos escolares, reuniões, encontros de formação, eventos e demais desafios integrados aos desafios da aprendizagem apresentados em sala de aula e pelos professores.

Assim, a gestão escolar emerge de um conjunto de diretrizes elaboradas de forma colaborativa entre gestores e seus colaboradores, sendo continuamente construída a partir das práticas cotidianas desenvolvidas no ambiente escolar. Esse processo requer um compromisso constante por parte dos profissionais da educação, de modo a assegurar que a comunidade escolar desempenhe adequadamente suas funções educacionais e sociais.

Muito além de um espaço determinado para o ensino e a aprendizagem de conteúdos de diversas disciplinas educacionais, a escola é sinônimo de transformação, um espaço de socialização de vivências e saberes, visando a formação de sujeitos para cidadania. Enquanto instituição de ensino formal que visa proporcionar a formação escolar para crianças, adolescentes e jovens, esse espaço integra papel essencial na construção e manutenção da sociedade como um todo.

Desde o início da infância, dada a relevância da educação infantil (creches e pré-escolas), até o início do ensino fundamental ao final do ensino médio, e por fim a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas três modalidades presencial, semipresencial e à distância, as competências, saberes e experiências desenvolvidos na escola são indispensáveis para a formação cidadã e para a construção do conhecimento de mundo dos discentes.

Além da função educacional, pode-se afirmar que a função social da escola é igualmente importante, considerando as demandas presentes em sala de aula, bem como as exigências do mercado de trabalho e da vida em sociedade. Tais demandas, em sua maioria, requerem conhecimentos, habilidades e certificações que apenas o ingresso, a permanência e a conclusão da escolaridade podem proporcionar ao indivíduo.

Assim, percebe-se todo um conjunto de motivações e aspectos necessários a serem adquiridos que de forma singular, só são desenvolvidos (em sua plenitude) na escola, consolidando como um dos mais importantes espaços (não o único) da formação humana em diversos aspectos.

Por isso, a gestão escolar é tão fundamental e determinante na formação de alguns resultados e realidades das escolas brasileiras, visto que em cenários onde o modelo de gestão democrática é promovido com a participação de todos os profissionais, inclusive os gestores, todo o processo de aprendizagem é aperfeiçoado, sendo construído com uma maior quantidade de colaboradores dispendo de suas múltiplas contribuições.

## **2.1. Normas e atribuições do cargo de Gestor(a) Escolar**

É amplamente reconhecido que, no Brasil, a política educacional é orientada e estruturada por normas e leis que a definem e regulamentam. Após a Constituição Federal de 1988, a principal legislação que rege o sistema educacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que normatiza a gestão do ensino e assegura o direito à educação, legalizando e organizando seus princípios e diretrizes.

Deste modo, conforme o artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) o acesso à educação é direito público subjetivo. Ou seja, é o direito efetivado para o cidadão usufruir e atuar posto que lhe é garantido para satisfação de seus interesses reconhecidos judicialmente. Vejamos o referido artigo:

Art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória e gratuita é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. (LDB, 1996)

Considerando isto, pode-se afirmar que é dever do gestor escolar como representante escolhido para cumprimento desta lei gerir, zelar pela garantia de acesso e permanência do sujeito até o tempo de sua formação.

Considerando que o processo de formação exige uma organização sistemática,

dinâmica e evolutiva, é coerente afirmar que se torna indispensável a aplicabilidade de leis que orientem o trabalho educacional. Essas normativas devem, inicialmente, estar fundamentadas na realidade nacional e, posteriormente, serem adaptadas e ressignificadas conforme os contextos socioculturais específicos de cada localidade.

Luck (2009) destaca que as normas têm como objetivo assegurar o pleno funcionamento da escola enquanto organização social, com ênfase na formação dos alunos e na promoção de sua aprendizagem. No entanto, para que esse objetivo seja alcançado, é essencial que todos os envolvidos estejam engajados no propósito de implementar ajustes e mudanças que estejam alinhados à realidade externa. Trata-se de um trabalho coletivo e dinâmico, que apresenta desafios, especialmente quando se considera a diversidade de pensamentos entre os sujeitos envolvidos, que significam e se relacionam de maneiras distintas entre si.

Nesse momento, o gestor escolar tem como papel principal o desenvolvimento da liderança. Essa, por sua vez, não é simplesmente o cargo ou a função que lhe atribui, um/a líder possui um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridas no decorrer de sua formação que possibilitam direcionar todos os seus colaboradores para desempenharem suas funções individuais e coletivas da melhor forma possível visando alcançar as metas construídas para respectiva instituição. Assim, é preciso ser um mediador entre os sujeitos que integram a escola e os objetivos administrativos e pedagógicos da instituição, direcionando todos para o exercício de suas demandas visando o alcance maior: a aprendizagem escolar de todos os alunos e o seu progresso na formação escolar, profissional e pessoal.

A gestão escolar tem por finalidade contribuir para o melhor funcionamento da organização educacional, independente do departamento a ser trabalhado, posto que engloba todos os aspectos pertinentes à escola. Ela é a responsável por interligar os objetivos de cada área em um prol comum e igualitário, onde todos que a compõem fiquem satisfeitos com o trabalho desenvolvido. Cabe lembrar que a gestão escolar não se limita, exclusivamente, à atuação do gestor. No contexto da gestão democrática do ensino, princípio que fundamenta as instituições escolares brasileiras, todos os profissionais desempenham um papel relevante. Nesse modelo, o gestor exerce funções de liderança e mediação, coordenando as ações dos colaboradores e promovendo um ambiente de participação coletiva no processo de tomada de decisões.

A democratização não implica na diminuição do papel e da relevância de cada profissional, principalmente dos gestores, que devem ser exemplos a serem seguidos pelos seus companheiros de trabalho e de todos os indivíduos da comunidade escolar. Os objetivos

e metas construídas pela comunidade devem ser vistas nas atitudes e na atuação do gestor, de tal forma que possa promover um ambiente de trabalho responsável, sempre motivando e direcionando seus colegas para aperfeiçoar cada vez mais as atividades produzidas pela escola. Assim, líder, capaz de direcionar toda a equipe para com as finalidades estabelecidas e cumprir o papel de mediador no âmbito educacional.

É imprescindível que a gestão escolar seja conduzida por profissionais que possuam e pratiquem uma liderança colaborativa e democrática, de tal forma que impulse os demais profissionais a fazerem o mesmo. Organização, responsabilidade, sensibilidade, comunicação e criatividade são algumas das características que fazem toda a diferença no exercício da liderança na gestão escolar, justificando a relevância da presente discussão.

Um gestor escolar deve fazer uso da dialogicidade, ou seja, utilizar uma estratégia de comunicação que visa trabalhar com recursos emocionais ou simbólicos para instruir pessoas na aceitação de uma boa ideia, atitude ou realizar alguma ação, como a confecção da estrutura pedagógica; estratégia para a distribuição do material escolar, merenda; divisão das turmas para usufruir do horário de descanso; reunião com as famílias ou professores, dentre outras funções que compõem o trabalho do (a) gestor (a).

A liderança é uma capacidade de conquistar as mentes e concepções por meio das relações, da capacidade de comunicação e da sensibilidade para com as necessidades individuais e coletivas de cada indivíduo. Pode-se detectar um líder em qualquer comunidade, pois sempre existirá uma determinada quantidade de pessoas que possuem habilidades para líderes, essas pessoas se destacam por sua competência e aptidão para a função, elas são capazes de direcionar os liderados com muita dialogicidade, clareza e objetividade, essas são algumas das inúmeras habilidades que um líder contém, para atingir determinados objetivos ou metas estipuladas.

Assim, diante da concepção da escola enquanto comunidade, cabe ao gestor, por meio de sua capacidade de liderança, buscar essa articulação entre os profissionais, os alunos e seus familiares, além de direcionar e tomar decisões cotidianas exigidas para o seu exercício profissional. Dessa forma, o gestor precisa exercer suas demandas administrativas e pedagógicas desde o planejamento escolar, até a execução e avaliação das atividades desenvolvidas, de forma que possa colaborar com os demais profissionais no alcance das finalidades da escola, sem a necessidade de uma posição autoritária.

O espaço escolar é um recorte da sociedade e das suas dinâmicas, reafirmando os movimentos de constantes mudanças e transformações acerca do currículo escolar, das demandas de aprendizagem, dos desafios da inclusão escolar, além dos objetivos pedagógicos

e sociais construídos pela instituição por meio da comunidade na qual está inserido.

O papel do gestor frente às mudanças da sociedade traz à tona questões e vivências sobre as diretrizes das ações educativas de uma escola. Dentre essas ações educativas, podemos indicar: repensar o planejamento e a organização do ensino diante das emergências do trabalho docente na nossa realidade atual. Isso requer analisar e problematizar as práticas pedagógicas para além de técnicas e métodos, a qual pode proporcionar um aprofundamento sobre as múltiplas dimensões do ensino, ampliando o processo de reflexão sobre a teoria-prática contextualizada na relação escola-sociedade. Assim, faz-se necessário ressignificar o processo de ensino e aprendizagem no que diz respeito à superação das dificuldades enfrentadas pelos gestores e professores no desenvolvimento de seus trabalhos como sujeitos ativos no seu processo de formação (Silva, 2021, p. 21).

O papel dos gestores na formação continuada dos professores e dos demais profissionais também é imprescindível, visto que a produção de cursos, encontros e palestras de formação só serão promovidos por meio da colaboração e efetivação da gestão de ensino, em parceria dos coordenadores, psicopedagogos, supervisores e demais profissionais.

A sensibilidade dos gestores para com as necessidades dos professores no cotidiano escolar é um ponto fundamental para o sucesso das metas estabelecidas. O fato de o gestor apresentar-se diariamente enquanto um parceiro do trabalho dos educadores, dialogando e estando sempre pronto a ouvir suas propostas e reivindicações promove um ambiente de confiança e maior profissionalismo entre todos os trabalhadores da instituição de ensino, reconstruindo um relacionamento que não pode ser distante ou caracterizado por uma hierarquia de poderes.

O ambiente escolar é formado por várias pessoas, onde cada uma possui suas características comuns e individuais. São várias crenças, opiniões, experiências, classes sociais, etnia, cor, faixa etária, etc., convivendo no mesmo espaço. Trabalhar em um ambiente em que todos não podem pensar de acordo com os seus conceitos e princípios, se torna um trabalho muito sensível e complicado, sendo necessário ter discernimento e sabedoria para ministrar e oferecer um ambiente agradável e confortável para todos, acolhendo as visões e o modo de vida de cada um, através de muito respeito e empatia.

Nesse cenário, os gestores precisam estar atentos às particularidades que compõem a instituição, principalmente pelo fato de trabalharem pessoas com diferentes realidades e conceitos. Fala-se aqui sobre o clima organizacional que existe em uma instituição de ensino, ou em qualquer outro espaço, seja ele educacional, financeiro, industrial, etc.

Gestores e professores possuem apenas funções distintas acerca de sua atuação no espaço escolar, todavia, trabalham para a construção dos mesmos propósitos, justificando o investimento da gestão escolar para a formação contínua de todos os seus profissionais,

mediante o conhecimento de novos temas e discussões sobre aspectos da aprendizagem, realidades específicas e gerais dos alunos da instituição, além de outros conhecimentos educacionais necessários.

Nesse contexto, a gestão escolar atua em todas as esferas possíveis: na capacitação dos profissionais de ensino, na mediação das famílias com a instituição, na construção, avaliação e acompanhamento dos objetivos pedagógicos da escola, visando ajudar todos os alunos na construção de sua aprendizagem escolar. A gestão democrática é alicerçada nessa colaboração mútua que tem na função do gestor um papel de um líder decisivo e necessário para que todos esses princípios possam ser desenvolvidos na prática.

Todas essas normas e atribuições estão presentes no dia a dia dos homens e mulheres que ocupam a gestão, contudo, no caso das mulheres, a questão da discriminação por gênero dificulta ainda mais o trabalho das gestoras, precisando lidar com todas as demandas do trabalho, além dos questionamentos acerca de demandas, tomadas de decisões, ações, e em alguns momentos ouvir palavras desagradáveis vivenciadas no espaço de trabalho, entre outros cenários.

## **2.2 Os desafios das Mulheres na Gestão Escolar**

As mulheres enfrentam uma multiplicidade de desafios ao assumirem cargos de gestão escolar, entre os quais se destacam o viés de gênero, a desigualdade salarial, as barreiras relacionadas à ascensão profissional, bem como a discriminação e o assédio, além da escassez de redes de apoio adequadas. A superação dessas dificuldades exige esforço contínuo e compromisso diário. A presença feminina em posições de liderança escolar desempenha um papel fundamental na promoção de ambientes mais diversificados e inclusivos. Além disso, sua atuação é crucial para o desenvolvimento e a implementação de políticas e práticas que promovam a equidade e a justiça social no contexto educacional.

No século XVII as mulheres eram excluídas da educação, elas só podiam aprender costura e bordado (“trabalhos de agulha”), boas maneiras e muita reza. Essa educação feminina era vista para cuidar do lar, do marido e dos filhos (Paz, 2008). Com a reforma promovida pelo Marquês de Pombal, as mulheres passaram oficialmente a frequentar as salas de aula numa época sob a qual as mulheres viviam discriminações e coisificação.

Segundo Gabriel, (2019) as relações de gênero são produzidas em um processo que se inicia antes mesmo do nascimento e vai se perpetuar por toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres.

Dessa forma, como as devidas responsabilidades atribuídas a cada um conforme a sua construção na sociedade de cada povo e sua época. Promover uma educação livre de preconceitos, significa garantir oportunidades educativas, sociais e profissionais iguais para todos. Madureira (2007) define preconceitos como: “fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos”. A responsabilidade do homem e da mulher é construído culturalmente desde o momento da descoberta da gestação quando o bebe está na barriga da mãe e os familiares começam a montar o enxoval de acordo com o sexo da criança, se estendendo após o nascimento com expectativas em relação a esse menino ou menina baseados no biológico e, isso chega na escola e vai até a fase da adolescência.

Assim se torna, ainda mais urgente:

Os preconceitos, por sua vez, não são externos ao espaço escolar. Portanto, convém à escola ser reconhecida como um espaço de aceitação, formado por uma vasta diversidade de sujeitos e, conseqüentemente, diferentes modos de significar o mundo (Gabriel, 2019, p. 15).

As gerações de mulheres e homens têm dedicado parte de suas vidas, algumas e alguns toda a sua vida, à construção de um mundo de igualdades: igualdade entre mulheres e homens, que respeite as diferentes orientações sexuais; igualdades raciais e étnicas, que façam com que as diferenças de cor e origem também sejam apenas mais uma expressão da rica diversidade humana, igualdades de oportunidades para todas as pessoas. Essas gerações foram inspiradas na luta das mulheres para ingressar

no mercado de trabalho através da PEC 1960 .

O Movimento Feminista é uma corrente histórica, social e política que luta pela igualdade de direitos entre os gêneros, focando-se, especialmente, na eliminação das estruturas que sustentam a opressão das mulheres. Esse movimento tem suas raízes no contexto de reivindicações por direitos civis e sociais, ganhando destaque a partir do século XX, com as primeiras demandas pelo direito ao voto feminino e por maior participação das mulheres na vida pública.

As ondas do feminismo refletem as transformações e complexificação desse movimento ao longo do tempo. A **primeira onda**, no final do século XIX e início do século XX, concentrou-se principalmente no sufrágio feminino e na igualdade jurídica. Já a **segunda onda**, que emergiu nas décadas de 1960 e 1970, expandiu as demandas para questões mais amplas de igualdade social, como os direitos reprodutivos, a sexualidade, a violência de gênero e o papel das mulheres no mercado de trabalho. A **terceira onda**, a partir dos anos

1990, trouxe novas reflexões sobre interseccionalidade, abordando as múltiplas formas de opressão que atravessam a experiência feminina, como raça, classe, sexualidade e identidade de gênero. Assim, no início do século XX, evidencia a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania, pela valorização, direitos e deveres no exercício da cidadania e a promoção da igualdade.

Há um movimento novo neste século XXI que está sendo chamado de quarta onda do feminismo, é o ciberativismo feminista, ou seja, um ativismo feminista por meio da web.

Uma coisa é certa, com o Movimento Feminista muitas mulheres conquistam a entrada no mercado de trabalho e algumas áreas ao longo dos anos passaram a ser majoritariamente ocupadas por mulheres, entre elas estão a área da educação. Assim, a presença das mulheres na formulação e implementação de políticas educacionais é um fenômeno de grande relevância para o desenvolvimento de sistemas educacionais mais justos e equitativos. Historicamente, o campo da educação tem sido um espaço ocupado por mulheres, especialmente nos níveis de ensino básico e fundamental.

Contudo, a participação feminina em posições de liderança e tomada de decisão, como na gestão escolar e na formulação de políticas públicas, ainda enfrenta desafios. Esses espaços de poder ainda são poucos ocupados por mulheres.

A neurodivergência, termo que engloba condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e outros transtornos do desenvolvimento neurológico, desafia as escolas a adaptarem suas práticas pedagógicas e de gestão para garantir uma educação equitativa e inclusiva.

As mulheres, que historicamente ocupam a maior parte das funções administrativas e pedagógicas na educação básica, são frequentemente responsáveis pela implementação de práticas inclusivas nas escolas. No campo da gestão escolar, sua presença tem sido fundamental para o desenvolvimento de estratégias que visam integrar os alunos neurodivergentes ao ambiente escolar de maneira que respeite suas singularidades e promova seu pleno desenvolvimento. Estudos apontam que a liderança feminina, especialmente em ambientes escolares, tende a ser mais sensível e colaborativa, com ênfase no cuidado, na empatia e na comunicação, características essenciais para a gestão de uma educação inclusiva.

A perspectiva de gênero na gestão escolar é relevante para a compreensão das abordagens adotadas em relação aos alunos neurodivergentes.

Gestoras escolares, ao utilizarem uma abordagem mais humanizada e focada no bem-estar dos estudantes, são mais propensas a promover adaptações curriculares,

metodologias diferenciadas e o fortalecimento das parcerias com profissionais especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

Essa visão holística, muitas vezes mais presente em gestões lideradas por mulheres, contribui diretamente para a criação de um ambiente escolar que valoriza a diversidade cognitiva e se compromete com a construção de uma educação inclusiva.

### **3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Educação Inclusiva constitui uma garantia fundamental na prática educacional, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais, tenham acesso equitativo ao ensino, visando promover a plena participação de cada estudante no ambiente escolar, sem discriminações, reconhecendo e valorizando a diversidade como um componente essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

A inclusão abrange estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem e aquelas crianças que estão em vulnerabilidade social. Essa educação busca adaptar o ambiente escolar para todos os estudantes garantindo dentro da sala de aula regular, promovendo a igualdade, oportunidades e aceitação de todos. Assim,

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2007, p.16).

Nesse sentido, a educação inclusiva implementada verdadeiramente requer formação de professores, recursos suficientes, mudança de cultura para que não se trate apenas de inserir alunos com deficiência nas escolas regulares, mas que garantam o direito em um ambiente adequado para acolher a diversidade eliminando todas as barreiras pedagógicas, físicas e sociais. Apesar dos avanços e debates acerca da Educação Inclusiva, nem sempre foi assim. Na história tivemos diversas nuances no trato com a pessoa com deficiência no contexto educacional.

#### **3.1 Breve história da educação inclusiva no Brasil**

A educação brasileira se originou de caráter institucional burocrático durante o período

do Brasil Colônia, com a chegada dos Jesuítas no ano de 1549, eles foram os responsáveis pela catequização sob a supervisão do Padre Manoel da Nóbrega. Mas quando o Marquês de Pombal chegou os expulsou em 1759, logo implementou as reformas Pombalinas e as principais medidas no âmbito educacional foram a instauração das aulas régias e do ensino laico, já no período Joanino foram criados os primeiros cursos superiores.

A educação no período Imperial, em 1823 houve a necessidade de suprir a falta de professores através do método Lancaster, era uma educação que manteve o caráter humanista, conservador era uma relação de dominação onde o aluno era reproduzidor de conhecimentos. O ensino se torna obrigatório e gratuito para todos os estudantes do primário, mas de características dualistas no regime de Vargas (1930).

O artigo 179 da constituição de 1824 outorgada pelo imperador, que eleva a instrução primária para todos os cidadãos e também estabeleceu a lei de 15 de outubro de 1827, que demanda criar em todas as cidades o Curso Normal, que dava acesso à educação das meninas. A corte iniciou uma mobilização para criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos por meio do Decreto nº 1854 para crianças com deficiência (Rodrigues, 2021, p. 9). Além disso, o Decreto nº 48.252, de 31 de maio de 1960 afirma sobre a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), vem ser sancionado no Decreto nº 48.961 de 22 de setembro de 1960, sinaliza uma tentativa no aspecto de “promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo”, ambas subordinadas ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.

No século XIX, alguns brasileiros já se organizavam para realizar o atendimento às pessoas com deficiência visual, auditiva, dificuldades mentais e físicas. Essa inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira aconteceu somente no século XX (Mozzotta, 2001).

A virada mais significativa começou a ocorrer na segunda metade do século XX, quando os movimentos pelos direitos civis e os debates sobre direitos humanos começaram a influenciar o cenário internacional e, por consequência, o Brasil.

Nos anos 1980, com a promulgação da **Constituição Federal de 1988**, a educação inclusiva passou a ser formalmente reconhecida como um direito fundamental. A Carta Magna assegurou, no artigo 208, a educação especial para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, marcando um ponto de inflexão na política educacional brasileira.

Com a promulgação da Carta Magna em 1988, houve um crescimento na evolução da

educação básica disponibilizada pela rede pública de ensino nos âmbitos federal, estadual e municipal, somando um aumento do nível da escolarização no Brasil. A Constituição Federal de 1988 apresenta no artigo 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”. A educação se torna fundamental no desenvolvimento humano.

A década de 1990 trouxe marcos importantes para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Em 1994, o país aderiu à **Declaração de Salamanca**, adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO. A declaração reafirmou o princípio de que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, têm o direito à educação em escolas regulares. A Declaração de Salamanca foi um divisor de águas, pois estabeleceu diretrizes claras para a reorganização dos sistemas educacionais em torno da inclusão.

Esse período foi também marcado pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** de 1996, que consolidou a ideia de inclusão na legislação brasileira ao definir que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB trouxe à tona a necessidade de adaptação curricular, formação de professores e eliminação das barreiras físicas e atitudinais que dificultavam a participação plena de estudantes com deficiência nas escolas.

No início dos anos 2000, o Brasil avançou ainda mais com a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da educação inclusiva. Em 2001, o **Plano Nacional de Educação (PNE)** estabeleceu metas para a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, enfatizando a necessidade de recursos especializados e apoio pedagógico. Além disso, o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, promulgado em 2015, reforçou o compromisso do país com a educação inclusiva ao assegurar que pessoas com deficiência tenham direito a uma educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, foi outro marco decisivo. Ela reafirma o compromisso com a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, propondo ações para o fortalecimento do atendimento educacional especializado (AEE), oferecido de forma complementar ao ensino regular. O AEE visa assegurar que os alunos recebam o suporte necessário para acessar o currículo e participar ativamente do ambiente escolar.

Apesar dos avanços legislativos e normativos, a implementação da educação inclusiva no Brasil enfrenta desafios significativos. A formação insuficiente de professores, a falta de

recursos didáticos adaptados e a precariedade de infraestrutura em muitas escolas dificultam a plena realização dos princípios inclusivos. Além disso, questões relacionadas ao preconceito e à falta de preparo das comunidades escolares para lidar com a diversidade ainda constituem barreiras importantes para a efetivação da inclusão.

Em suma, o histórico da educação inclusiva no Brasil revela um movimento progressivo em direção à universalização do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. Contudo, esse avanço, embora significativo, exige um compromisso contínuo para garantir que as políticas sejam efetivamente implementadas e que as barreiras à inclusão sejam progressivamente eliminadas. A educação inclusiva, ao reconhecer e valorizar a diversidade, representa não apenas um direito, mas também uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

### **3.2 Políticas públicas para educação inclusiva**

Conforme visto no tópico anterior, no Brasil, os processos sobre as políticas públicas para as pessoas com deficiência iniciou no período de 1960 que prevaleceu a noção de que as pessoas com deficiência fossem educadas em instituições especializadas, a década marcou o início de políticas públicas voltada para a educação especial, com a criação da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes.

Porém a integração escolar só iniciou no ano de 1980. Com a Constituição de 1988, marco para o direito das pessoas com deficiência, pois garantiu a educação a todos. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, fortalece o direito afirmando que o sistema educacional deveria atender às necessidades de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nos anos 2000, o Brasil avançou na inclusão adotando medidas concretas pela garantia da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva de 2008, essa política reforçou o princípio de inclusão, capacitando professores e eliminando as barreiras físicas para os estudantes. A Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2008, a convenção reafirma o direito de todas as pessoas à educação inclusiva e de qualidade, sem discriminação.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015 é conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação fundamental que visa garantir os direitos das Pessoas com Deficiência (PcD), a mesma está vinculada à lei de 13.146/2015. A lei busca assegurar e

promover no Art.28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

A LBI entrou em vigor no ano de 2016, é um marco importante para a promoção da igualdade e a inclusão dos PcD, ela reafirma os direitos fundamentais já existentes previstos na Constituição Federal, visando a sua inclusão social e cidadania plena sobre os princípios da lei.

Assim, as políticas públicas de educação inclusiva visam garantir que as escolas se tornem ambientes acessíveis e inclusivos, nos quais todos os alunos, com ou sem deficiência, possam aprender e se desenvolver em conjunto. Entre os princípios fundamentais dessas políticas estão:

1. **Acessibilidade:** Adaptar o espaço físico, o material didático e os recursos pedagógicos, de modo a garantir que os alunos com deficiência possam participar plenamente das atividades escolares.
2. **Formação de Professores:** Capacitar os docentes para que eles possam atender às necessidades específicas de seus alunos, promovendo práticas pedagógicas inclusivas. Isso inclui a formação continuada sobre o uso de tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas adaptadas.
3. **Atendimento Educacional Especializado (AEE):** Garantir que os alunos com NEE tenham acesso ao atendimento especializado, oferecido tanto na escola

regular quanto em centros de apoio, para complementar e apoiar sua inclusão no ensino comum.

4. **Colaboração Intersetorial:** Envolver diferentes setores, como saúde, assistência social e direitos humanos, para oferecer um suporte integrado às crianças e adolescentes que precisam de serviços complementares à educação.

Apesar dos avanços normativos, a efetivação dessas políticas enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a falta de infraestrutura adequada em muitas escolas para atender às demandas de acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados e equipamentos específicos para alunos com deficiência visual ou auditiva. Além disso, a formação dos professores, embora reconhecida como crucial, ainda é insuficiente em muitos contextos. Muitos docentes relatam sentir-se despreparados para lidar com a diversidade de necessidades em sala de aula.

Outro desafio refere-se à articulação entre as esferas municipal, estadual e federal para garantir a implementação das políticas em todas as regiões do país, especialmente nas áreas mais remotas e de menor investimento econômico. A ausência de uma fiscalização eficaz também compromete a concretização das políticas inclusivas, fazendo com que, muitas vezes, as leis e diretrizes fiquem no papel.

### **3.3. A colaboração no Atendimento Educação Inclusiva (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma estratégia essencial no contexto da educação inclusiva, voltada para garantir o pleno acesso e participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) no sistema regular de ensino. Vale ressaltar que o AEE não substitui o ensino comum, mas é um serviço de apoio que complementa e potencializa o processo de aprendizagem desses alunos, de modo a assegurar o cumprimento do direito à educação com equidade e inclusão.

Como consta na Constituição Federal Brasileira de (1988) no artigo 203 que “ IV. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”. Da mesma forma que a habilitação e reabilitação devem ser uma obrigação da área da saúde, garantida a qualquer PcD, a promoção de sua integração à vida comunitária é tarefa da educação e deve ser garantida a todos.

A educação inclusiva é um direito assegurado a todos os alunos, por isso a importância da participação ativa dos familiares e da comunidade, da gestão escolar no processo

educacional é essencial para os discentes. A colaboração entre o corpo docente, professores, famílias, professores da educação especial e aluno para que ocorra de fato o ensino colaborativo.

A ampliação da jornada escolar, que se fazia necessária como condição para uma formação e autonomia dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual ou dificuldade de ensino e aprendizagem possa acompanhar os conteúdos desenvolvidos.

A educação inclusiva necessita de parcerias para que se desenvolva de forma mais colaborativa, precisa de políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, família e comunidade, esse grupo reúne várias formações técnicas, competências distintas e diferentes perfis interpessoais, o que ajuda a alcançar resultados de forma mais rápida.

A implementação do AEE como o serviço especializado é um princípio da política de educação especial federal, O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas 5 com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios (BRASIL, Resolução nº 4, 2009)

O AEE não substitui a sala de aula comum, não pode substituir as funções do professor responsável pela classe no ambiente escolar, os professores precisam ter uma formação base em pedagogia e especialização em educação inclusiva, o profissional da sala de recursos acompanha e reforça junto ao aluno as aprendizagens que este recebe na sala de aula comum e/ou outras habilidades que precisam ser trabalhadas.

O trabalho colaborativo se mostra importante na organização das instituições de ensino, uma vez que promove conexão entre a equipe da escola, família, professor, aluno e comunidade. O AEE possui algumas características principais, tais como:

- Personalização:** O AEE oferece um plano individualizado de ensino, voltado para as necessidades específicas de cada aluno;
- Recursos e Tecnologias Assistivas:** O atendimento faz uso de ferramentas que facilitam o acesso ao currículo, como softwares especializados, materiais em braille, pranchas de comunicação e outros dispositivos assistivos;

- **Articulação com o Ensino Regular:** O AEE trabalha em parceria com os professores do ensino regular para garantir que as estratégias usadas no atendimento especializado possam ser integradas às práticas pedagógicas da sala de aula;
- **Inclusão Social e Acadêmica:** Além de apoiar o aprendizado, o AEE busca promover a autonomia e a participação dos alunos em todos os aspectos da vida escolar, fortalecendo sua inclusão social e acadêmica e
- **Sala de Recursos Multifuncionais:** O espaço onde ocorre o AEE é equipado com materiais específicos para o atendimento de diferentes necessidades, como jogos pedagógicos, materiais táteis, softwares de comunicação alternativa, entre outros, (Brasil, 2008).

Além disso, o AEE metodologias específicas, tais como: **Ensino de habilidades adaptativas e funcionais**, que preparam o aluno para lidar com situações do cotidiano, favorecendo sua autonomia; **Estimulação sensorial e cognitiva**, para alunos com deficiência intelectual ou múltipla, utilizando materiais pedagógicos adaptados; **Uso de recursos audiovisuais e tecnológicos**, como softwares de leitura de tela para alunos com deficiência visual ou pranchas de comunicação para aqueles com deficiência na fala e **Intervenções psicopedagógicas** para alunos com transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo, que necessitam de abordagens específicas para o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas, (Brasil, 2008).

Embora o AEE seja um importante recurso para a promoção da educação inclusiva, sua implementação enfrenta vários desafios. Um dos principais é a falta de formação continuada para professores, tanto os que atuam diretamente no AEE quanto os do ensino regular. Muitos docentes relatam dificuldades em adaptar o currículo para alunos com NEE, especialmente em escolas que não contam com salas de recursos multifuncionais bem equipadas.

Outro desafio é a escassez de recursos tecnológicos e materiais didáticos acessíveis, particularmente em escolas de regiões mais carentes. A ausência de uma política de investimento contínuo em infraestrutura dificulta a oferta do AEE de forma eficaz e abrangente.

Além disso, há a questão do tempo e da carga horária do atendimento, que muitas vezes se mostra insuficiente para atender todas as demandas dos alunos. A sobrecarga de trabalho dos profissionais envolvidos e a falta de articulação entre os diferentes setores da educação e da assistência social também são obstáculos a serem superados.

Muitos desses desafios foram identificados e evidenciados nos dados obtidos a partir das análises realizadas com os gestores das escolas municipais de Conceição, que constituem o foco desta pesquisa. Assim, no próximo capítulo, apresentaremos as análises dos dados coletados, que são o objeto central deste estudo.

#### **4. A GESTÃO EDUCACIONAL E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS: uma análise do município de Conceição na Paraíba**

Como colocado anteriormente, este capítulo busca analisar os dados da pesquisa realizada junto às gestoras no campo da educação e como se dá o processo de inclusão de crianças com deficiência do município de Conceição, na Paraíba.

Para isso inicialmente discorreremos sobre o município de Conceição, sua organização histórica e política, depois traremos a Política de Educação do município, abordando sua estrutura e organização e por fim, discorreremos acerca dos dados coletados em campos, apontando e analisando os dados tanto de natureza quantitativos quanto qualitativos.

##### **4.1 Campo da pesquisa: históricos e políticas do município de Conceição**

Conforme Lucena (2010) Conceição é um município localizado no sertão da Paraíba e tem uma história que remonta ao início da colonização do interior do Brasil. A região era habitada por indígenas de <sup>2</sup>Coremas e Panatis, da tribo Cariris, que, ao longo do tempo, cederam lugar aos desbravadores, antes da chegada dos colonizadores portugueses e bandeirantes no século XVIII, que buscavam novas áreas para pecuária e agricultura. O território de Conceição fazia parte de sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa para o desenvolvimento da agropecuária. Ao longo dos anos, a pequena povoação foi crescendo, e em 1872 foi elevada à condição de vila, desmembrando-se de Piancó. Em 1881, tornou-se oficialmente um município. O nome "Conceição" é uma homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, refletindo a forte religiosidade católica que marca o município.

Conforme dados do IBGE (2022) o município de Conceição faz parte da 7ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba: a região de Itaporanga, no Sertão da Paraíba. A área territorial do município é de 580,650 km<sup>2</sup>, como uma população de 18.260 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 31,45 hab/km<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Parte de terra doada à indígenas para atender interesses da coroa Portuguesa, era uma prática de distribuição de terras.

Quanto à renda e trabalho, conforme dados do IBGE (2022) o salário médio mensal dos trabalhadores é de 1,8 salários mínimos, tendo o município uma população ocupada de 1.743 de pessoas . No que se refere aos fatores econômicos, o PIB per capita em 2021 foi 10.983,17 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,592.

Em relação ao meio ambiente, o IBGE (2022) traz que o município de Conceição “apresenta 22,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 12,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).”

No que se refere a saúde, o município tem uma taxa de mortalidade infantil média de 15,79 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 32,9 para cada 1.000 habitantes. No que se refere a educação, foco deste trabalho, trataremos dos dados importantes no próximo tópico, uma vez que possui especial atenção neste estudo.

#### **4.2 Política de Educação em Conceição: o que temos no processo de gestão escolar?**

Conforme os dados do IBGE (2022) em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 95,7%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 199 de 223. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,7 e para os anos finais, de 4. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 141 e 171 de 223.

Conforme dados no IBGE (2023) no que se refere a Política de Educação do município, temos:

**Quadro 1 - Dados referentes a Política de Educação de Conceição**

Informação da Educação	Quantidade
Matrículas no ensino fundamental	2482
Matrículas no Ensino Médio	663
Docentes no ensino fundamental	194
Docentes no ensino médio	57
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	37

Número de estabelecimentos de ensino médio	4
--	---

**Fonte:** IBGE (2023).

Além desse dados, foi possível coletar no campo de pesquisa, os dados referentes a estrutura do processo de inclusão educacional nas escolas, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 - Referente a quantidade de escolas e alunos com deficiência**

Informações	Quantidade
Alunos Matriculados nas escolas do Município	2.804
Total de alunos com laudo no município	56
Cuidadores No Município	21
Escolas Na Zona Rural	24
Alunos Com Necessidades Específicas Com Laudo	16
Escolas Na Zona Urbana	1 Creche 1 Escola dos Anos Finais 2 Escolas dos Anos Iniciais 1 Escola dos Anos Iniciais e Finais
Alunos Com Necessidades Específicas Com Laudo	40

**Fonte:** Secretaria de educação do município de Conceição/ PB (2024).

No que se refere ainda a Educação Inclusiva, também foram levantados os dados na secretaria das escolas dos anos iniciais da zona urbana do município de Conceição–PB referente a quantidade de crianças com deficiência que apresentam laudo médico em cada escola e quantos cuidadores possuem nos horários dos dois turnos (manhã e tarde) de cada escola.

Durante a entrevista, foram coletados dados referentes ao número de crianças com laudo em cada escola, sendo essas crianças caracterizadas como atípicas. Vale ressaltar que nas escolas em que foram realizadas as entrevistas, não havia alunos com deficiência visual,

física e auditiva. Os estudantes com laudo eram crianças com TEA e TDAH. Segue dados abaixo, com os dados:

**Quadro 3- Referente a quantidade de alunos e cuidadores**

<b>Escola 1</b>	
Crianças com necessidades específicas Com laudo	03
Cuidadores	03
<b>Escola 2</b>	
Crianças com necessidades específicas Com laudo	09
Cuidadores	02
<b>Escola</b>	
Crianças com necessidades específicas Com laudo	12
Cuidadores	05

**Fonte:** Secretaria das Escolas do município de Conceição/ PB (2024)

Esse quadro é referente às escolas visitadas e que, durante as entrevistas com as gestoras escolares, foram coletados os dados obtidos pela quantidade de crianças com laudos específicos e pela quantidade de cuidadores contratados pelo município em cada escola. Observa-se uma pequena discrepância em relação à quantidade de crianças assistidas e o número de cuidadores contratados.

## **5. OUVINDO QUEM VIVE E EXPERIENCIANDO COM QUEM FALA: um estudo de campo junto às gestoras educacionais de Conceição/PB**

Nesta pesquisa, foram desenvolvidas entrevistas com 4 mulheres que estão no cargo de liderança, a maioria delas com mais de 10 anos no mesmo cargo. Optou-se por, nomeá-las pela ordem de apresentação, primeira, segunda, terceira e quarta. Estas entrevistas foram elaboradas de maneira semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. A partir de um roteiro de entrevista, foi utilizado o questionário para marcar as respostas fechadas, um gravador para as perguntas e as abertas.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho das participantes, em conformidade com os princípios éticos de confidencialidade, sendo conduzidas em locais fechados, ou seja, em salas reservadas e previamente agendadas. Embora tenham ocorrido algumas interrupções, por se tratar de um ambiente escolar, nenhuma delas comprometeu o andamento ou a confidencialidade da pesquisa. O tempo disponível das entrevistadas foi respeitado, assim como sua disponibilidade para participação e as respostas fornecidas.

Em conformidade com as diretrizes éticas em pesquisa, foi explicado as participantes o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a leitura e a aceitação dos termos, solicitou-se a assinatura, sendo que cada participante ficou com uma via do documento.

As entrevistas aconteceram em dias diferentes e horários marcados. A primeira entrevistada marcou às 10h da manhã no dia 20 de setembro de 2024 no seu local de trabalho, tendo apenas 25 minutos de atraso.

A segunda e a terceira entrevista foram realizadas no dia 23 de setembro de 2024, a primeira diretora marcou às 10h no seu ambiente de trabalho, aconteceu na sala da direção o espaço reservado para não ter interrupções, mas mesmo assim aconteceu de duas professoras pedindo para usar a impressora, a mãe de uma aluna pediu para levar a filha mais cedo para casa.

Na sequência, foi marcado com a terceira gestora às 14h e ela chegou à escola às 15h. Teve uma hora de atraso, o local da entrevista foi na sala da direção, porém estava ocupado com mais dois funcionários, era o horário de intervalo na escola, tinha bastante barulho. A

última diretora marcou na terça-feira, às 10h da manhã, do dia 24 de setembro de 2024, a entrevista aconteceu no ambiente dos professores, no espaço aberto tinha funcionários limpando e as coordenadoras permaneceram junto durante a entrevista toda.

### **5.1 O perfil das entrevistadas: uma análise sobre gênero, escolaridade e faixa etária.**

Nesse tópico abordaremos o perfil das entrevistadas na pesquisa, uma vez que os dados nos trazem informações e conhecimento pertinente a atuação do gestor no processo de inclusão de crianças e adolescentes no contexto escolar. Conhecer quem atua no contexto da educação, diz muito de como a educação é feita e estruturada.

Com base nisso, no processo de entrevista foi perguntado qual a sexualidade, todas responderam que são do sexo feminino. Observa-se que o papel das mulheres na educação tem sido bastante discutido, principalmente na gestão escolar, onde historicamente este espaço era de domínio dos homens e passou a ser majoritariamente, nos dias atuais, ocupado por mulheres.

Segundo Saviani (2013), a educação no Brasil foi fortemente influenciada pela ação das mulheres, que assumiram posições de destaque como professoras e, progressivamente, gestoras. Essa presença feminina se consolidou ao longo do tempo, moldando o perfil da educação e da administração escolar. Isso se dava em razão do papel social que a mulher exerce ao longo dos anos.

Conforme apresenta De Azevedo; Sbrissa (2023, p. 740):

O ato de educar a mulher ou possibilitar sua entrada à docência, não visava o conhecimento ou a emancipação feminina e conforme explica Rabelo e Martins (2010) a atuação como professoras, permitia que a mulher pudesse, de certa forma, continuar sendo controlada, limitando-as à determinadas ações ou funções. Assim, a docência se consolida como uma carreira majoritariamente feminina durante o século XX.

Assim, observa-se que esse perfil feminino na gestão escolar carrega um histórico do papel colocado a mulher, como “vocação” ou “dom”, como se fosse uma extensão da maternidade. Ao longo do tempo e com o desenvolvimento do Movimento Feminista, o papel da mulher na gestão escolar vai se modificando, trazendo a herança histórica. Assim, atualmente, na gestão escolar, mulheres muitas vezes encontram-se em um papel de liderança, desenvolvendo habilidades que vão além da mera administração de uma instituição educacional. Elas assumem funções estratégicas e políticas, atuando como agentes transformadores da realidade escolar, principalmente no que tange à inclusão de crianças com deficiência.

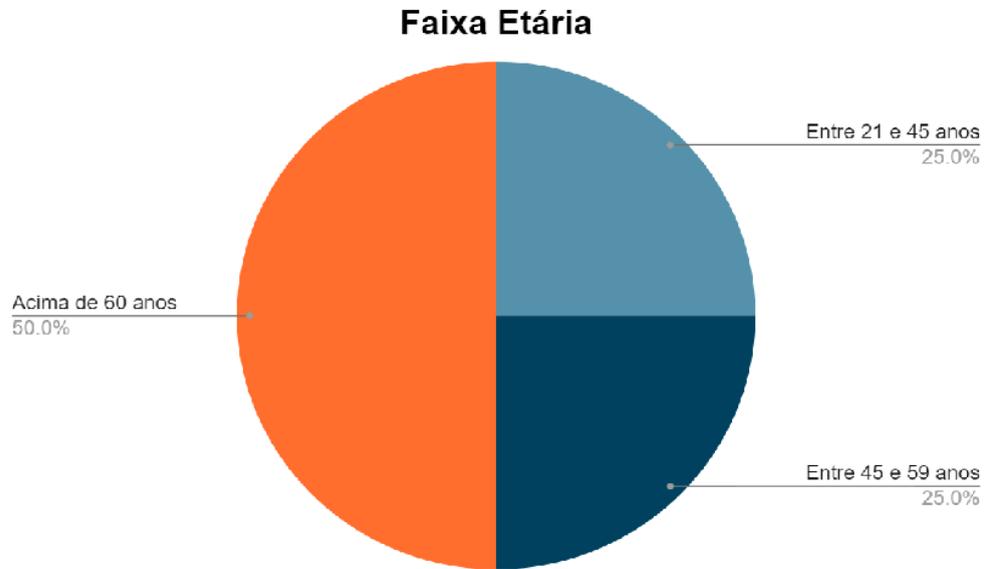
Segundo Charlot (2000), a gestão escolar, quando eficiente, permite a construção de um ambiente inclusivo que busca atender às necessidades dos estudantes, especialmente aqueles com deficiência.

Essa liderança feminina não se dá apenas no campo administrativo, mas também em termos de afetividade e empatia, elementos presentes no contexto histórico do papel da mulher, contribuindo no processo de inclusão educacional. Para Vygotsky (2008), o desenvolvimento das crianças, especialmente as com deficiência, depende de interações sociais significativas, o que exige um ambiente escolar acolhedor e sensível às diferenças. Nesse contexto, as gestoras têm um papel fundamental em contribuir para uma cultura escolar inclusiva, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades de cada criança.

Além disso, a abordagem de Paulo Freire (1996) sobre a educação como um ato político reforça a importância de uma liderança consciente e engajada na luta por uma escola inclusiva. Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser libertadora e promover a equidade, o que se aplica diretamente à questão da inclusão de crianças com deficiência.

No entanto, é necessário reconhecer que o papel das mulheres na gestão escolar também enfrenta desafios. Oliveira (2004) destaca que, apesar de sua presença predominante, as mulheres ainda enfrentam barreiras de gênero e estereótipos que limitam o pleno reconhecimento de sua autoridade e competência, principalmente em contextos em que a inclusão de crianças com deficiência exige uma coordenação eficiente entre professores, família e a comunidade escolar.

Outro dado importante coletado na pesquisa de campo, foi a questão da idade das entrevistadas, a maioria das entrevistadas tinham acima de 60 anos, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1** – Faixa Etária das gestoras escolares entrevistadas

**Fonte:** Dados primários, 2024.

Esse dado, quando analisado juntamente com o dado sobre o tempo de experiência em gestão escolar, revela uma questão interessante para a pesquisa. Vejamos o gráfico:

**Gráfico 2** – Tempo de experiência na gestão escolar

**Fonte:** Dados primários, 2024.

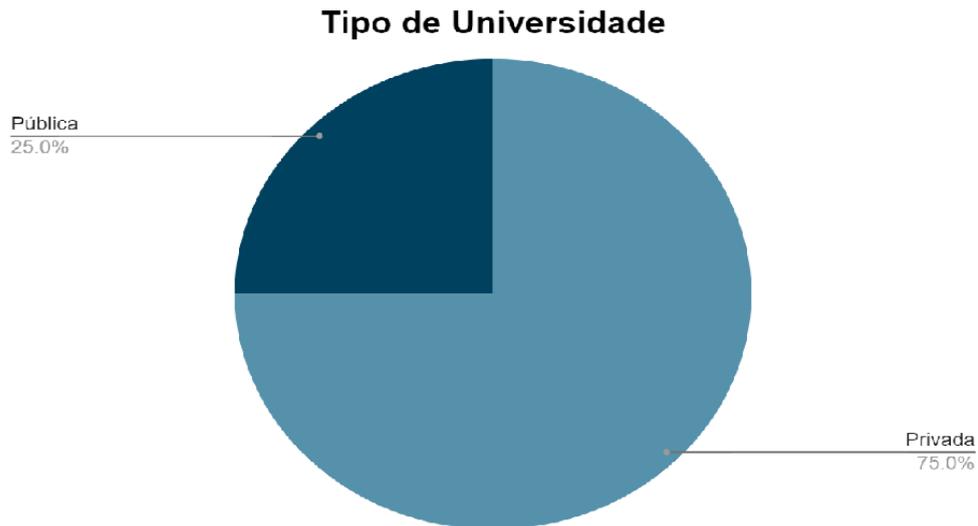
Segundo Saviani (2013), o tempo de experiência na educação é fundamental para a consolidação de práticas pedagógicas e administrativas que reflitam as necessidades da comunidade escolar. O gestor escolar, ao longo dos anos, acumula vivências que permitem uma compreensão mais profunda dos desafios da escola, seja no planejamento curricular, na mediação de conflitos ou na articulação entre equipe docente e comunidade. Essa experiência favorece uma maior capacidade de tomada de decisões estratégicas, o que impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido.

Mintzberg (1994), ao analisar a função dos gestores em diferentes organizações, enfatiza que a prática contínua e o acúmulo de experiência são essenciais para o desenvolvimento de uma "visão de conjunto". No contexto da escola, isso significa que o gestor experiente é capaz de perceber as interconexões entre os diferentes aspectos da instituição, como a relação entre o currículo e o desempenho dos alunos, o envolvimento dos pais e o ambiente escolar, e os processos administrativos e o clima organizacional. Esse tipo de entendimento se constrói ao longo do tempo, permitindo que o gestor desenvolva uma atuação mais estratégica.

Além disso, Paro (1998) traz que a gestão democrática da escola aponta que a experiência acumulada pelos gestores contribui para o fortalecimento de práticas participativas e inclusivas. A gestão escolar, que se constrói com o tempo, torna-se mais hábil em promover a participação dos diferentes atores da escola – professores, estudantes, família e comunidade – no processo decisório. Paro (1998) destaca que gestores com mais tempo de experiência tendem a valorizar o diálogo e a cooperação, compreendendo que a gestão eficiente vai além do controle burocrático e deve focar no desenvolvimento humano e na democratização das relações dentro do ambiente escolar.

Outro dado importante sobre o perfil das entrevistadas e que tem grande influência no processo de inclusão de crianças e adolescentes da educação se refere ao tipo de formação acadêmica das entrevistadas. Quando questionadas sobre que tipo de universidade se formaram, a maioria respondeu que veio de instituição pública, como traz o gráfico abaixo:

**Gráfico 3** -Tipo de universidade que as entrevistadas se formaram



**Fonte:** Dados primários, 2024.

Esse dado aponta que a maior parte delas estudou em uma universidade privada. Esses espaços acadêmicos tendem a oferecer uma educação voltada para o campo de trabalho, preparando profissionais não apenas para lidar com a organização escolar, mas também capacitados para seguir as leis e normas sem pensar na modificação dos ambientes escolares em seus aspectos social, cultural e político, por meio de uma formação que enfatiza a compreensão das políticas educacionais, a gestão democrática e participativa, e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Paro (1998) ressalta a importância da gestão escolar centrada na participação coletiva e na construção de um ambiente educacional inclusivo e humanizador. Libâneo (2004) destaca que a gestão escolar deve ser voltada para o desenvolvimento pleno do sujeito, considerando tanto os aspectos pedagógicos quanto os administrativos da escola. Paro (1998), por sua vez, defende a ideia de que a gestão democrática é essencial para que a escola cumpra seu papel social de formar cidadãos críticos e conscientes.

Além disso, a universidade pública oferece um espaço de pesquisa e extensão que permite aos alunos em formação desenvolverem uma visão sistêmica da escola, articulando teoria e prática. Deste modo, a formação oferecida nesses espaços capacita os profissionais a lidarem com os desafios do cotidiano escolar, como o planejamento estratégico, a resolução

de conflitos, a gestão de recursos e a implementação de políticas educacionais.

Outro dado importante coletado na pesquisa, diz respeito a que área de formação as entrevistadas são formadas. A maioria afirmou ter formação em Pedagogia, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 4** – Curso de graduação que as entrevistadas eram formadas

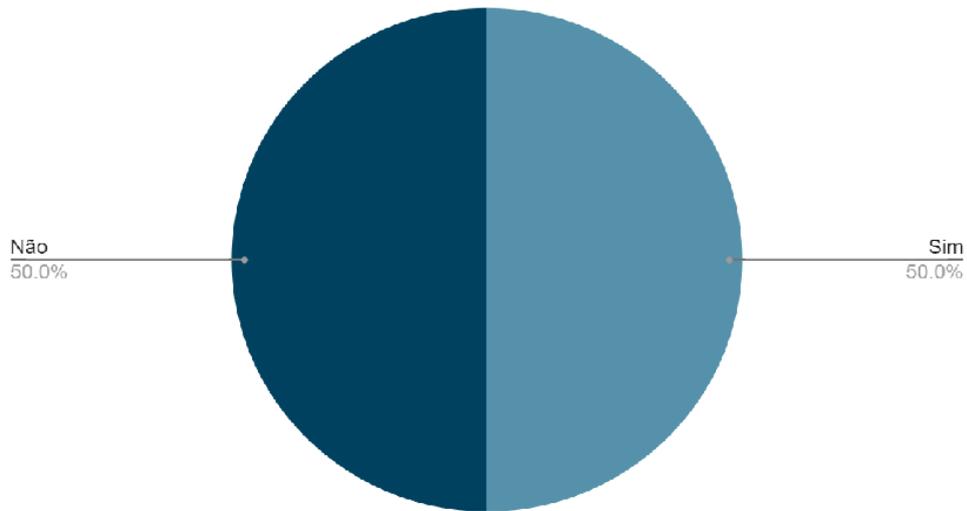


**Fonte:** Dados primários, 2024.

Outro dado importante, que se filia a o gráfico 4 diz respeito à qualificação. Foi perguntado às entrevistadas se elas possuíam curso de especialização em gestão, 75% respondeu que não, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 5** – Especialização em gestão escolar das entrevistadas

**Possui especialização em gestão escolar**

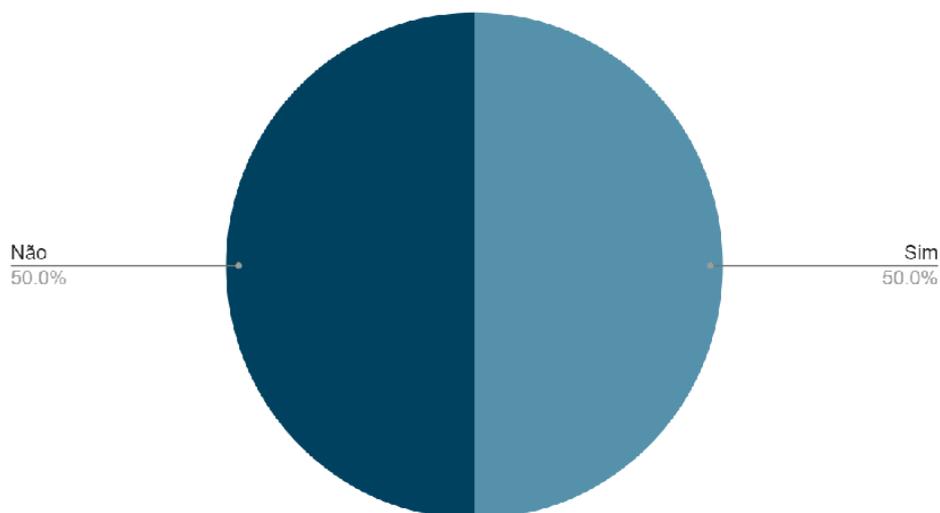


**Fonte:** Dados primários, 2024.

Outro dado que se soma aos gráficos anteriores referente a formação, diz respeito a qualificação em Educação Inclusiva. Foi indagado às entrevistadas se elas possuem curso em educação inclusiva, metade (50%) das entrevistadas afirmaram que sim e a outra metade (50%) afirmaram que não, conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 6** – Se as entrevistadas possuem curso de capacitação em Educação Inclusiva

**Curso de capacitação em Educação Inclusiva**



**Fonte:** Dados primários, 2024

A qualificação profissional de gestores escolares por meio de especializações na área de gestão e cursos voltados para a inclusão educacional de crianças com deficiência é um fator crucial para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática.

A crescente demanda por políticas inclusivas no sistema educacional brasileiro, em especial nos municípios de pequeno porte, como Conceição, exige que os gestores escolares estejam capacitados para lidar com a diversidade, promovendo uma educação que atenda às necessidades específicas de cada aluno. Isso inclui não apenas a adaptação de práticas pedagógicas e a criação de uma cultura institucional que valorize e respeite as diferenças, mas também criar estratégias diante dos desafios e falta de recursos presente no processo de execução da educação no Brasil.

A formação especializada contribui para que os gestores escolares adquiram conhecimento sobre as políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), e compreendam os marcos legais que norteiam os direitos das pessoas com deficiência no ambiente educacional. Além disso, capacitações específicas possibilitam o desenvolvimento de habilidades para identificar barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas que possam dificultar o acesso e a permanência desses alunos na escola.

Mantoan (2006) e Carvalho (2010) destacam que a gestão escolar inclusiva requer uma mudança de paradigma, que vai além da simples inserção de alunos com deficiência na escola regular. Segundo Mantoan (2006) a inclusão deve ser vista como um movimento contínuo de transformação da escola para atender às especificidades de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Para isso, os gestores precisam estar preparados para coordenar equipes multidisciplinares, promover a formação continuada dos professores e garantir que os recursos necessários estejam disponíveis.

Carvalho (2010) enfatiza que a formação continuada de gestores é indispensável para que eles possam assumir um papel de liderança no processo de inclusão, criando um ambiente escolar que favoreça a colaboração entre professores, alunos e famílias. Essa qualificação permite que o gestor atue como mediador de práticas inclusivas. Além disso, Mittler (2003) sugere que a formação especializada em inclusão educacional para gestores permite que eles lidem de forma mais eficaz com os desafios do cotidiano escolar, como a resistência de alguns professores e a falta de recursos materiais e humanos. Através de cursos e especializações, os gestores podem desenvolver uma compreensão mais profunda sobre o conceito de inclusão e seu impacto positivo não apenas para os alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar.

Em suma, a qualificação profissional dos gestores escolares é uma condição necessária para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Por meio de especializações e cursos específicos, os gestores adquirem ferramentas teóricas e práticas que lhes permitem enfrentar os desafios da inclusão educacional.

Pode-se concluir, portanto, que o município de Conceição apresenta em seus dados um déficit no processo de formação dos seus gestores, o que aponta para a necessidade de investir e criar estratégias de formação acadêmica e profissional sobre educação inclusiva. As demandas têm se apresentado cada vez mais complexas e exigem dos profissionais ainda mais qualificações e conhecimentos acerca da educação inclusiva e do processo de gestão escolar. Vale ressaltar que esses dados ainda apontam para um despreparo da gestão escolar no processo de inclusão das crianças e adolescentes na educação, abrindo um alerta para a necessidade de responder às demandas legais do processo de inclusão.

## **5.2 Compreensão sobre educação inclusiva**

Para iniciar, vale trazer a discussão de Paro (2017), quando ele afirma que o problema da escola pública no país não é, na verdade, o da administração de recursos, mas a falta de recursos. É importante que essa autonomia do gestor sintetize a impotência e a falta de autonomia da própria escola. A escola que não tem autonomia, é um ambiente que fica à mercê dos governantes, se tornando impotente, é o próprio trabalhador enquanto usuário que fica privado de sua instância e por meio das quais ele poderia aprimorar-se do saber e da consciência crítica. Por isso, a questão da inclusão social na escola pública ainda não é compreensiva pelos gestores, porque de fato os cargos dominantes em oposição estão nos interesses dos dominados.

Deste modo, quando questionadas sobre a existência de práticas desenvolvidas pela escola que favorecessem a inclusão, a maioria das entrevistadas demonstrou desconhecimento acerca das abordagens implementadas e das legislações que regulamentam a educação inclusiva. Assim, foi indagado para as entrevistadas, quais ações e iniciativas existem no município para promover o processo de inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar?, a maioria respondeu que :

Nós temos salas de AEE, capacitação. Nós temos cuidadores.(Entrevistada 1).

O município tem uma equipe multiprofissional, que é uma equipe maravilhosa, com psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais. Eu acredito que tem professores

com elas também, quer. Dizer, essa equipe tem pedagogo. Essa equipe tem no campo e na cidade, na Zona Urbana, maravilhosa, de 15 em 15 dias elas estão na escola. Inclusive, semana passada houve uma capacitação, dois dias, para diretores, professores na temática. da inclusão, pessoas com deficiência, E a prefeitura tem sempre dado esse suporte. (Entrevistada 2).

Sim, sempre a gente faz. Vem, equipe do AEE a gente chama assistente social, sempre tem a pessoa da Secretária. ( Entrevistada 3).

A Secretaria da Educação tem uma equipe multifuncional, com psicólogo, com psicopedagogo, assistente social, para ajudar a gente nas escolas a trabalhar essas crianças especiais no modo de inclusão, na perspectiva da educação inclusiva. Porque a educação inclusiva é muito mais do que a educação especial, ela é um todo. Então, a Secretaria da Educação ajuda muito a gente a trabalhar com essas crianças. As escolas tem um professor de educação especial mesmo, tem a sala de recurso agora, que é lá na creche, que é o professor especial que atende a sala de AEE que atende essas crianças com deficiência, não só com deficiência, porque não existe pré-requisito para matricular uma criança na sala de AEE. Quem vai dar, dizer se a criança fica ou não na sala de AEE é o professor da educação especial, é aqui. E já tem, funciona lá na creche, com todos os especialistas, e para dar o apoio ao professor da sala regular no âmbito da educação especial e da perspectiva da educação inclusiva. ( Entrevistada 4).

Observou-se que a maioria das entrevistadas não conseguiu informar sobre as políticas públicas oferecidas pelo município Isso envolve todos os tipos de investimentos financeiros voltados à formação de educadores, acessibilidade, serviços de apoio e demais fatores necessários ao atendimento de todo e qualquer estudante.

Paro (2017), afirma que a escola é mantida pelo Estado. Então, essa escola, ela costuma ser generalizada e leva a chamar a questão da pública, mas essa palavra, ela vai constituir como um eufemismo para um termo estatal, ou seja, é uma expressão de uma intenção cada vez mais difícil de ser concretizada, pois a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral indiferenciado a uma boa educação escolar. Isso porque vai garantir um controle democrático da escola, já que, por todas as evidências, conclui-se que o Estado não se tem interessado pela universalização de ensino de uma boa qualidade.

No que se refere à contribuição da gestão, foi questionado às entrevistadas qual o papel da gestão na adaptação social de crianças com deficiência ao contexto escolar. A grande maioria destacou a capacitação como um aspecto necessário para o sucesso desse processo, conforme evidenciado nas falas a seguir:

A capacitação ofertada essa semana é sobre inclusão que tem. Capacitação e formações várias. Várias capacitações e inclusão. Eita! Capacitações e formações de

professores, cuidadores. temos laboratórios para inclusão. ( Entrevistada 1)

Como gestora. É ter essas capacitações, preparar as professoras, não só delas, mas de toda a equipe, porque assim, o primeiro contato que a criança tem com o porteiro. É. Com a equipe aqui. Depois vão pra sala com os professores. Eu busco muito isso. E qualquer projeto que tenha na escola, qualquer festividade, qualquer evento, essas crianças, eu quero elas incluídas com todas as outras. Eu sei que nem sempre vai ser fácil. Às vezes a criança não quer, mas a criança tem que ser perguntada. Você quer participar desse evento? Mãe, pode colocar seu filho? Então eu quero que elas sejam incluídas não vai ter uma quadrilha, fulano não vai participar. Se ele quiser participar, se ele tiver vontade de participar, a gente ajuda, a gente ajeta. Não vai ser fácil como outra criança, mas a gente tenta incluir em tudo, em tudo, não é só colocar assim. Falar da inclusão é fácil, mas a inclusão é difícil. Não é fácil, é assim, não é fácil colocar a inclusão em ninguém. Porque assim, é muito bonito, é muito bonito, vamos incluir, vamos fazer isso. Igual a pessoa falou na igreja ontem, a gente teve essa pauta na igreja ontem. Ela falou, o filho dela é autista, e ela falou, é muito bonito. Mas quando você vai na prática, nem sempre é fácil porque tem preconceito. Tem as pessoas que falam que estão incluindo e de fato não incluem. Incluir não é só você aceitar aquela criança . Incluir é você saber que tem capacidade de fazer aquela tarefa. Não, eu vou fazer aquela tarefa. Não, tente aquela tarefa com ele. Se ele não conseguir, até às vezes os professores não... Não, eu não vou fazer. Fazer é o mais fácil. A criança tem capacidade de fazer. Mas se vê que ela não tem, aí adapta a atividade. Mas tente. Tente fazer ela se sentir igual às outras. Porque tem muito Acontece, né? Às vezes não acontece. A criança tá incluída, a criança tá. Incluída e a criança não tá incluída. Ela tá lá, ela tá existindo lá, mas ela não tá. ( Entrevistada 2)

A gente ajuda no que pode. Pega o aluno, coloca ele na frente quando a gente tem dificuldades. Tem aquele tratamento de tirar da sala, quando a gente tem que estar em distância. Entendeu? A gente sempre faz esse trabalho. (Entrevistada 3)

Então, a gestão escolar, a gestão escolar no todo, nós trabalhamos de uma forma democrática e participativa, tanto na elaboração de projetos, na elaboração de ações para se trabalhar com essas crianças com deficiência e ações especiais voltadas para a educação inclusiva, na perspectiva da educação inclusiva. (Entrevistada 4)

Para uma gestão de qualidade são exigidas ações, atitudes, habilidades, enfim competências que sejam responsáveis, eficientes e eficazes para a realidade que lhes é apresentada. Isso só é possível, se o gestor estiver constantemente aprendendo. É fundamental que os gestores sejam amparados, para atuar nessa realidade dinâmica e conflitante.

Assim, a capacitação de gestores escolares é particularmente importante, pois eles desempenham um papel central na promoção de uma cultura inclusiva nas instituições. Os gestores são responsáveis por articular as políticas educacionais com as práticas cotidianas da escola, criar um ambiente acolhedor e garantir que os recursos necessários estejam disponíveis para o atendimento adequado dos alunos com deficiência. Eles também devem liderar processos de formação contínua para a equipe docente, garantindo que os professores tenham acesso a conhecimentos atualizados sobre metodologias inclusivas e tecnologias assistivas.

Da mesma forma, a capacitação dos professores é fundamental, pois são eles que estão

diretamente em contato com os alunos e desempenham o papel de mediadores do conhecimento. Como defende Paulo Freire (1996), a educação é um processo de transformação, e o professor tem um papel ativo na criação de um ambiente de aprendizagem que respeite as diferenças e valorize o potencial de cada aluno. Para isso, os docentes precisam ser capacitados não apenas no uso de recursos pedagógicos inclusivos, mas também em práticas que promovam a socialização e o desenvolvimento emocional dos alunos com deficiência, garantindo que todos se sintam parte da comunidade escolar.

A formação contínua de gestores e professores deve ser orientada por uma abordagem crítica e reflexiva, que permita o desenvolvimento de competências pedagógicas inclusivas. Segundo Freire (1996), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Nesse sentido, a capacitação de educadores deve estar centrada em práticas que desafiem a visão tradicional da educação e promovam uma pedagogia emancipatória, onde todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar ativamente do processo de aprendizagem.

Portanto, a capacitação de gestores e professores é indispensável para a construção de uma educação inclusiva de qualidade. Ela permite que os profissionais desenvolvam competências necessárias para criar um ambiente escolar que acolha, respeite e promova o desenvolvimento integral de todos os alunos. Sem uma formação adequada, às políticas de inclusão tendem a falhar, reforçando a exclusão e limitando as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Entretanto, é amplamente reconhecido que, frente à realidade das escolas brasileiras, especialmente as da rede pública, inúmeros desafios e dificuldades são enfrentados no cotidiano escolar. No ambiente escolar, os gestores deparam-se com diversos obstáculos, decorrentes da precariedade e das carências estruturais e institucionais. Assim, no próximo tópico, será discutido esse cenário de forma mais específica.

### **5.3 Dificuldades vivenciadas pelo Gestor com a Escola Inclusiva**

Um dado relevante obtido na pesquisa refere-se às dificuldades enfrentadas pela gestão escolar no processo de implementação da Educação Inclusiva. Todas as entrevistadas relataram a existência de múltiplos desafios, conforme evidenciado nas falas a seguir:

É desse jeito. Às vezes é difícil trabalhar. E tem mais essa, você ainda faz isso aí, você tem que dar fé a coisa, se você não dá fé, Mas... questão das pessoas serem difíceis, né? Exatamente. Dos próprios professores trabalharem com a inclusão. No trabalho, cada coisas que eles dizem na sala de aula. Jesus amado. Essa semana eu

tirei já uma de sala de aula fala palavrão " atacada", descarregou na sala de aula o próprio aluno denúncia. ( Entrevistada 1)

Aceitação de pais e famílias, porque muitas vezes os pais não aceitam. (Entrevistada 2)

É assim com os colegas, né? De sala, porque às vezes eles não entendem e ficam... Dizem nós correr com eles e tudo, e ele fica... É trabalhoso. Aí a gente não pode dizer, não, você tem que... É porque fulano... A gente não pode dizer, não, você tem que tratar seu colega igual você trata os outros. Não, mas é porque ele fica, porque realmente tem que mexer nas minhas coisas. Então a gente enfrenta, não tem como, né? Enfrenta os desafios.( Entrevistada 3)

Bom, esse desafio é todo dia. Todo dia a gente encontra um desafio, a gente encontra uma forma nova, a gente encontra uma barreira, não é? Porque nem tudo é mil por cento, nem tudo é... Trabalhar a inclusão é muito difícil, não é fácil. E sempre a gente está encontrando barreiras, mas sempre a gente está proposto a fazer as formações continuadas com os profissionais de competência que vem nos dando força, a equipe da Secretaria Municipal. os psicólogos, as assistentes sociais, as psicopedagogas sempre estão aqui de mãos dadas com a gente para a gente superar cada dia. Porque trabalhar a educação especial, alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva é um desafio constante.( Entrevistado 4)

A inclusão educacional de crianças com deficiência no ambiente escolar regular é um processo que visa garantir o direito à educação em condições de igualdade, conforme preconizado pela legislação brasileira e internacional. Contudo, a implementação dessa política educacional enfrenta uma série de desafios e dificuldades, especialmente nas escolas públicas. Os gestores escolares desempenham um papel fundamental nesse processo, sendo responsáveis por garantir que a escola esteja preparada para receber, acolher e proporcionar um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições. Entretanto, muitos gestores relatam enfrentar dificuldades significativas para promover uma inclusão efetiva.

Entre os principais desafios enfrentados pelos gestores está a falta de formação adequada. A maioria dos gestores e professores não recebe capacitação específica para lidar com as demandas da educação inclusiva, o que gera incerteza quanto às melhores práticas pedagógicas a serem implementadas. Além disso, a falta de conhecimento sobre as legislações e diretrizes da educação inclusiva agrava essa situação, tornando o processo de inclusão muitas vezes superficial ou limitado a adaptações pontuais, sem uma real transformação do ambiente escolar.

Outro obstáculo é a escassez de recursos materiais e humanos. A falta de tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e infraestrutura adequada dificulta a criação de um ambiente acessível e inclusivo. Muitas escolas públicas carecem de recursos financeiros

para investir em melhorias estruturais, como rampas de acesso, banheiros adaptados e materiais específicos para alunos com deficiência visual, auditiva ou motora. Além disso, a carência de profissionais de apoio, como cuidadores, intérpretes de Libras e professores especializados, agrava a situação, sobrecarregando os docentes e gestores com responsabilidades para as quais não estão devidamente preparados.

A superlotação das salas de aula e a falta de tempo para planejamento e acompanhamento individualizado são fatores que limitam a capacidade dos gestores de implementar uma inclusão eficaz. Com turmas grandes e demandas pedagógicas diversas, muitas vezes não há tempo suficiente para desenvolver práticas pedagógicas personalizadas que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

De acordo com Mantoan (2003), um dos principais problemas da inclusão educacional no Brasil é que a maioria das escolas ainda opera sob uma lógica segregacionista, mesmo quando inserida no contexto da educação regular. Para Mantoan, a inclusão exige uma mudança estrutural no modo como as escolas e os gestores compreendem o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a diversidade e garantindo que todas as crianças, com ou sem deficiência, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais.

Quando questionamos se elas consideram que existe resistência dos professores para a busca de aperfeiçoamento na questão da inclusão verificamos que todas consideraram sua escola inclusiva, mas apontaram alguns aspectos diferentes, como se pode observar nos excertos a seguir.

Falta de interesse mesmo! Porque ninguém quer sair do seu cantinho ali acomodado. Pronto. Agora, mesmo, vai ter capacitação de inclusão. Que ta havendo agora, deixa eu olhar, vou até mostrar a você. E não vem, falta de interesse. Simples assim. Eles não têm interesse, minha filha. Agora cobrar, cobra muito. Agora, participar é ação boa. É setembro verde inclusão, direito mas e dever de todos. Vai olhar se a rede municipal, tá toda aí? Não tá. Falta de interesse. Quer ganhar, mas pra ser professor, não. Minha obrigação não é essa. Você, às vezes, vai levar alguma coisa, alguma dúvida. Ah, eu não tenho obrigação com isso, não. Por isso que nós temos a equipe técnica aqui, que faz esse trabalho. (Entrevista 1).

Que todos são bem participativos, todos. Se. Bem ou não. Inclusive nessa época, porque aqui a gente tem um número bem grande de crianças autêntica ou diagnóstico de autismo. Então elas já entendem a realidade do sistema profissional e podem lidar. Como a psicóloga falou na capacitação, ela falou assim, que temos que identificar a pré-crise, em outras situações a gente já vai evitar que eu ponha essa crise com essa criança, então é muito importante, ela saber o que é que tá acontecendo e evitar, pra que essa criança não venha a ter a crise novamente. (Entrevistada 2).

Não, não acho que não. E sempre.... Eles colaboram? Eles sempre colaboram, né? (Entrevistada 3).

Bom, hoje existe a gente nunca pode dizer que tudo é 100%, né? Ainda existe, não vou dizer aqui na escola, é uma amostra pequena, mas com certeza por o que a gente vê, com certeza por o que a gente escuta das outras escolas, até dos outros municípios no Brasil inteiro, isso é uma realidade. Ainda tem profissão que é resistente. A atender alunos com deficiência, a trabalhar na perspectiva da educação inclusiva. Ainda existem professores com essa resistência. (Entrevistada 4).

Nota-se que existe uma diferença na fala das diretoras sobre a resistência dos professores, uma postura diferente em relação aos comentários das diretoras anteriormente apresentados sobre as dificuldades enfrentadas para promover a inclusão.

A resistência cultural também é um desafio enfrentado pelos gestores escolares. Muitas vezes, existe uma resistência, tanto por parte de profissionais da educação quanto da comunidade escolar, em aceitar as mudanças necessárias para a inclusão. Essa resistência pode se manifestar em atitudes de discriminação velada ou explícita, que dificultam a aceitação plena das crianças com deficiência no ambiente escolar.

Portanto, os gestores escolares desempenham um papel crucial no processo de inclusão educacional, mas enfrentam uma série de obstáculos que limitam a implementação eficaz dessa política. Para superar esses desafios, é necessário um investimento contínuo na formação de gestores e professores, bem como na melhoria das condições estruturais e ampliação de recursos destinados à educação inclusiva. Além disso, é fundamental promover uma mudança cultural que valorize a diversidade e a equidade no ambiente escolar.

Como afirma Montoan (2003), os professores fundamentam suas práticas e seus argumentos pedagógicos no senso comum, dificultando a explicação dos problemas de aprendizagem. Dessa forma percebe-se que a trajetória escolar segrega o fato sobre o foco da implementação da inclusão social de alunos neurodivergentes.

Daí a necessidade de se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível. Os grupos são organizados espontaneamente pelos próprios professores, no horário em que estão nas escolas. Essas reuniões têm como ponto de partida as necessidades e os interesses comuns de alguns professores de esclarecer situações e de aperfeiçoar o modo como trabalham nas salas de aula. (Montoan, 2003, p.45)

A importância da gestão sobre esses dois pontos são importantes porque apresentam os grupos de estudos não apenas como espaço, para bate-papo, mas por uma troca de experiência, trazendo uma aquisição desses conhecimentos científicos, aplicando na prática. Assim, a gestão escolar com a coordenação deve estar presente para desenvolver novas práticas e inovações, trazendo a teoria para a prática, no processo de inclusão.

Dessa forma, o projeto político- pedagógico é um documento construído com base no planejamento das atividades educacionais a elaboração do PPP deve ser participativa envolvendo alunos, professores, gestores, família e comunidade, pois todos são responsáveis pelo processo educacional.

A gestão escolar é crucial no desenvolvimento do PPP, pois a equipe gestoras atua no processo como um facilitador e articulador de todo o processo de construção de implementação e revisão, o gestor tem o papel fundamental de liderar o processo de participação coletiva garantindo todas às necessidades da comunidade escola incluindo a o direito à educação inclusiva de crianças atípicas.

Quando foi perguntado como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e quais eram as ações políticas, administrativas e pedagógicas para o desenvolvimento do atendimento especializado, desenvolvido nas escolas e se essas ações eram suficientes, constatamos que boa parte das entrevistadas não discorreu claramente sobre o desenvolvimento destas ações, porém não consideraram suas ações suficientes.

Tem equipe técnica responsável por toda parte. e composta de um professor do AEE aí tem quatro psicólogos dois assistente social, três pedagogas e duas psicopedagogas. A sala de AEE é uma grande ajuda para os profissionais está sendo plantada agora. Eu comprei tudo isso para melhorar. Já tem professor de AEE que trabalha com aquela criança. Já tem atendimento. Esse professor já faz atendimento nas escolas com a equipe técnica, entendeu? Mas a gente achou melhor. A gente fazer ali a sala, lá na creche, que é central, é assim, o aluno e encaminhado pra lá, à família leva pra lá, pra trabalhar. A equipe técnica trabalha, a criança trabalha à família. Entendeu? Aqui tem o atendimento, aqui, na secretaria, nós temos uma sala de atendimento. E nas escolas também, tem, porque a gente tem duas equipes uma equipe que fica na cidade e outra que fica no campo são mais de 300 alunos e as demandas das escolas. Ai eles fazem todos esses atendimentos. Quando é necessário vem pra cá. Quando o carro tá lotado as famílias vem pra cá e quando necessário. A gente divide o setor. Aí eles vão, o setor faz o atendimento. Quando é necessário. Quando a coisa é mais seria, aí eles fazem relatórios enviam para o capes infantil quando é muito profundo o caso, quando é resolvido por aqui, não, ela resolve. (Entrevista 1).

Não. Vai ter agora né, amanhã. Vai ser implementado ainda. (Entrevista 2).

Tem a equipe técnica muito disciplinada, que sempre tá presente, mas o AEE vai implementar. (Entrevistada 3).

Bom, a oferta do AEE, aonde a gente atua aqui não oferece. Mas tem o professor da educação especial que atua aqui. E os alunos daqui vai contraturno para a sala do AEE que fica na creche municipal. O professor da educação especial vem no horário normal, porque tem mãe que não pode levar a criança para a sala do AEE e as crianças não pode ficar desassistida, o professor da educação vem para escola, atende essa criança que não pode ir para sala de AEE e as crianças irão no contraturno para a sala de AEE para ser atendida. (Entrevistada 4).

O AEE não substitui a sala de aula comum, não pode substituir as funções do

professor responsável pela classe no ambiente escolar, o aluno só pode participar do AEE em horários opostos, ou seja no contra turno. O gestor tem o papel de mediar esse trabalho colaborativo com os professores para que aconteça o desenvolvimento do aluno. Dessa forma, a sala de recursos multifuncionais complementar e suplementar a autonomia do discente.

O professor da educação especial precisa ter uma formação base em pedagogia e especialização em educação inclusiva, o profissional da sala de recursos ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. Desse modo, a sala de recursos é um ambiente adaptado para receber o aluno, e não pode substituir o ensino regular, mas complementa e apoia o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao gestor como líder é dever dele ser um agente político, ou seja, incentivar, estimular os professores e toda a comunidade escolar, visando realmente uma escola inclusiva, buscando melhorias e novas práticas pedagógicas, ser facilitador no desenvolvimento das relações sociais da escola, para promover o respeito, a solidariedade e a valorização das diferenças. O gestor deve, ainda, ser um profissional capacitado em educação inclusiva que busque recursos para a escola, visando à inclusão de fato de crianças com TEA, TDAH e outras deficiências como a física, visual e auditiva.

Deste modo, a educação inclusiva necessita de parcerias para que se desenvolva de forma mais colaborativa, precisa de políticas públicas, a gestão escolar, estratégias pedagógicas, família e comunidade, com esse grupo pode trabalhar várias formações técnicas, competências distintas e diferentes perfis interpessoais, o que ajuda a alcançar resultados de forma mais rápida para que as crianças neurodivergentes consiga desenvolver sua autonomia na sala de aula e na sua vida cotidiana.

A partir das falas das entrevistadas demonstra uma preocupação sobre a informação da atuação do atendimento especializado e os resultados, conforme as falas desenvolvidas sobre o atendimento do AEE e as salas de recursos multifuncionais e como os alunos aproveitam positivamente. Contudo, as respostas se desenvolvem de maneiras diferentes e as ações que visam à inclusão, indicadas pelas entrevistadas, ainda carecem de melhorias significativas para poderem efetivamente, trazer melhores resultados, não apenas nas avaliações dos alunos com deficiência, mas também em relação à aceitação desses alunos pelos demais membros da comunidade escolar. Desta forma, os gestores devem estar atentos sobre as políticas públicas e como funciona o atendimento educacional especializado, um serviço de educação especial que oferece recursos de acessibilidade e pedagógicos para alunos com necessidades específicas. As Salas de Recursos Multifuncionais são os locais onde preferencialmente ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem função pedagógica e complementar à sala de aula e é ofertado no contraturno da escolarização para estudantes, público-alvo da educação especial.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Carliene Freitas da Silva; GUIMARÃES, Selva Fonseca. Quando homens e mulheres assumem a direção: as diferenças de gênero na gestão escolar. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 40, p. 01-18, 2019.

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Resolução n. 4, de 2 d e outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado e na Educação Básica Modalidade Educação Especial. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: [superdotaçãohttp://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)superdotação.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CHARLOT, B. (2000). **Da relação com o saber**. São Paulo: Artmed.

CARVALHO, M. M. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARVALHO, Gislene. **A gestão Democrática na Educação: uma leitura da produção acadêmica em torno do tema (1996-2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação, em Educação, área de concentração: Pensamento Educacional Brasileiro e a Formação de Professores, na linha de pesquisa: História e Políticas da Educação) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

DE AZEVEDO, N. C. S.; SBRISSA, I. Mulher E Pedagogia: Questões Históricas E De Gênero Ligadas À Educação Brasileira. **Revista Campo da História**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 729–748, 2023. DOI: 10.55906/rcdhv8n2-015. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/141>. Acesso em: 2 out. 2024.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.

FIGUEIREDO, Jacira; LANDA, Beatriz dos Santos. **Mulheres na gestão escolar: preconceitos, discriminações, desafio e perspectivas.** Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense em educação, gênero, raça e etnia, v. 1, n. 1, 2017.

FREITAS, Olga Cristina Rocha de. A feminização da educação e ocupação dos espaços de poder na escola: a força do discurso sexista e a atuação da mulher na gestão escolar. **MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO O GÊNERO**, v. 11, 2017.

GABRIEL, G. S. ; RIBEIRO, Marco A. P. . **Relações de Gênero no Contexto Escolar e o Papel do Educador.** Anais do XV Encontro de Iniciação Científica da UNI7, v. 9, 2019.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LUCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.** Curitiba: Ed. Positivo. 2009.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas.** 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Pela escola inclusiva para todos, **Direcional escolas**, jul. de 2007

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINTZBERG, H. (1994). **O trabalho do gerente: mitos e fatos.** São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Jacira de; SANTOS, Beatriz dos. **Mulheres na gestão escolar: preconceitos, discriminações, desafios e perspectivas.** Anais do ENIC, 2017.

OLIVEIRA, D. A. (2004). **Políticas educacionais e a gestão da educação no Brasil: um balanço preliminar.** Belo Horizonte: UFMG.

PAZ, Cláudia Denis Alves da. **Gênero no trabalho pedagógico na educação infantil.** 2008. Dissertação – Mestrado em Educação – Faculdade de Educação/ UnB.

POTI, Daniela Pinheiro Alves. **O papel do gestor escolar e a sua articulação com as**

**práticas pedagógicas.** Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar. 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** Brasil, Cortez Editora, 2017.

PARO, V. H. (1998). **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez.

SAVIANI, D. (2013). **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados.

SILVA, Iderlaine de Oliveira et al. **O papel do gestor escolar frente aos desafios criados pela pandemia da covid-19.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, pelo Instituto Federal de Rondônia, 2021.

SILVA, Josias Benevides da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. **Educação em Revista,** Marília, 2007, v8, n.1, p.21-34. Disponível em: <http://www.2marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/616/499>.

VYGOTSKY, L. S. (2008). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE-A

### ENTREVISTA

Esse questionário é parte do projeto de pesquisa O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA ADAPTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CONCEIÇÃO-PB, envolve gestores escolares/as. A pesquisa é desenvolvida por Terezinha Raquel Ribeiro Vieira, graduanda pela Universidade Federal De Campina Grande Centro de Formação dos Professores- CFP. Orientado pela Prof.<sup>a</sup> DR<sup>a</sup>. Stella Marcia de Moraes Santiago.

#### PERGUNTAS FECHADAS

○ **Perfil socioeconômico**

**1. Qual seu sexo?**

- a.  feminino
- b.  masculino
- c.  outro

**2. Qual sua faixa etária de idade?**

- a.  Entre 18 a 21 anos (adulto-jovem)
- b.  Entre 21 a 45 anos (adulto)
- c.  Entre 45 a 59 anos (meia-idade)
- d.  De 60 anos acima (Idoso)

**3. Qual seu nível de escolaridade?**

- a.  Ensino Superior Completo.
- b.  Especialista
- c.  Mestrado
- d.  Doutorado
- e.  Pós-doutorado.

**3.1) Em qual universidade você se formou?**

- a.  Rede pública
- b.  Rede privada
- c.  Rede filantrópica
- d.  Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**3.2) Possui pós graduação, qual sua linha da estudo/pesquisa?**

---

**4. Você é formado (a) em que curso?**

- a.  Pedagogia
- b.  Licenciatura (Letras, Geografia, História, Biologia, entre outras)
- c.  Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**5) Você conhece as leis e normativos referentes à inclusão de pessoas com deficiência na educação?**

- Sim
- Não

Se sim, quais você se recorda?

---

**6) Você possui algum curso na área de inclusão de criança com deficiência?**

- a)  Sim
- b)  Não

Se sim, qual (quais)?

---

**7) Você tem quantos anos de experiência na educação?**

- a)  de 1 a 5 anos
- b)  de 6 a 10 anos
- c)  Mais de 10 anos

**8) Quanto tempo de experiência na gestão escolar?**

- a)  de 1 a 5 anos
- b)  de 6 a 10 anos
- c)  Mais de 10 anos

**9) Como você avalia o nível de exigência das leis e normas que a gestão escolar precisa cumprir?**

- a)  Deveria exigir muito mais.
- b)  Deveria exigir um pouco mais.

- c) ( ) Exige na medida certa.
- d) ( ) Deveria exigir um pouco menos.
- e) ( ) Deveria exigir muito menos.

**10) Você considera que os professores compreendem a sua gestão e se eles colaboram?**

- a) ( ) Sim, todos os professores.
- b) ( ) Sim, a maior parte.
- c) ( ) Somente alguns.
- d) ( ) Nenhum

**11) Onde você atua, possui quantas crianças com deficiência? \_\_\_\_\_**

**12) O município oferece cuidador para as crianças que precisa de acompanhamento?**

- a. ( ) Sim
- b. ( ) Não

**13) Onde você atua, quantas crianças com deficiência possuem cuidadores? \_\_\_\_\_**

**PERGUNTAS ABERTAS**

1. Quais ações e iniciativas existem no município para promover o processo de inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar?
2. Qual a contribuição da gestão para a adaptação social com crianças com deficiência ao contexto escolar?
3. Você considera que existe resistência dos professores para a busca de aperfeiçoamento na questão da inclusão? Se sim, explique.
4. Onde você atua, existe a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim, como funciona?
5. Quais os maiores desafios que você como gestora enfrenta para promover a inclusão de crianças com deficiência?

## APÊNDICE-B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA ADAPTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CONCEIÇÃO-PB, sob a responsabilidade da graduanda do Curso de Pedagogia Terezinha Raquel Ribeiro Vieira e sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Stella Marcia de Moraes Santiago vinculada a Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo, analisar como diretores/as de escolas municipais da cidade de Conceição atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência. Averiguar quantas crianças da cidade de Conceição com deficiência estão matriculadas nos anos iniciais das escolas municipais; Investigar em cada escola quantas crianças com deficiência estão realmente matriculadas e cursando; Identificar quais ações são implementadas pelos/as diretores/as das escolas municipais da cidade de Conceição no processo de inclusão das crianças com deficiência nos anos iniciais; e se faz necessário por servirá para aprofundamento dos estudos acerca da questão da educação inclusiva, com a finalidade de questionar: como gestores/as das escolas municipais da cidade de Conceição atuam no processo de inclusão de crianças com deficiência?

Ser uma pesquisa para aprofundamento dos estudos acerca da INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CONCEIÇÃO-PB. Dessa forma

desenvolvemos uma pesquisa descritiva, justamente porque buscamos descrever características a partir de uma visão geral sobre determinado fato, neste caso a Gestão Escolar sob a adaptação da Inclusão social.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Para analisar as entrevistas desta pesquisa foram construídas de maneira semiestruturada com questões abertas e fechadas direcionadas aos gestores escolares: diretor/a. Diante disso, o cenário da gestão escolar sobre a inclusão social de crianças deficiente nas escolas da zona urbana. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mas, se aceitar participar, estará contribuindo com a reflexão sobre o propósito deste estudo que tem como objetivo analisar, averiguar, investigar e identificar as principais adaptações da inclusão social.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Terezinha Raquel Ribeiro Vieira, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa****Nome: Terezinha Raquel Ribeiro Vieira****Instituição: Universidade Federal De Campina Grande - CFP****Endereço Pessoal: Rua Presidente João Pessoa N°, S/n- Centro, Conceição-PB, 58970-000****Endereço Profissional: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, S/n - Populares, Cajazeiras - PB, 58900-000****Horário disponível: 14h às 16h****Telefone: 83 99886-6471****E-mail: raquelribeirojampa@gmail.com**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**LOCAL E DATA,**

---

voluntário ou responsável legal

RG:

---

Terezinha Raquel Ribeiro Vieira

**APÊNDICE-C****UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA****CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

ACEITO PARTICIPAR ( )

NÃO ACEITO PARTICIPAR ( )

ASSINATURA: \_\_\_\_\_